

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

965025

**POLÍTICA CULTURAL DO BRASIL
NO EXTERIOR E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL: O CASO DO MERCOSUL**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À
ESCOLA BRASILEIRA DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA
A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA

156

Rio de Janeiro, 1998

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**POLÍTICA CULTURAL DO BRASIL
NO EXTERIOR E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO
INTERNACIONAL: O CASO DO MERCOSUL**

**DISSERTAÇÃO DO MESTRADO APRESENTADA POR
MARCUS VINICIUS SOARES SIQUEIRA**

**E
APROVADA EM 23 de julho DE 1998
PELA COMISSÃO EXAMINADORA**



Prof. Enrique Jerônimo Saravia



Prof. Armando Santos Moreira da Cunha



Prof. Hermano Roberto Thiry-Cherques

Agradecimentos

A todos aqueles que me ajudaram de alguma forma na concretização deste estudo.

RESUMO

Nesta dissertação se propõe a analisar a política cultural do Brasil no exterior e, em especial, sua participação no processo de criação do Mercosul Cultural. O presente ensaio verifica até que ponto o Brasil conta com uma política cultural no exterior, que possa realmente promover, difundir e intercambiar a cultura brasileira em âmbito internacional.

Buscou-se, dentre os vários modelos existentes de política pública, marcos teóricos que pudessem servir como parâmetros na análise da política cultural externa brasileira, utilizando-se principalmente as fases de uma política pública e o modelo ótimo normativo de Dror.

De maneira geral, o autor procurou examinar, ao lado da análise da política cultural do Brasil no exterior, o processo de integração internacional e a participação do Brasil na globalização, enfatizando a cultura como fator fundamental no processo de regionalização promovido atualmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

ABSTRACT

This dissertation proposes to analyse the cultural politics of Brazil in the exterior and, especially, its participation in the process of the cultural Mercosul creation. This essay verifies the extent to which Brazil's cultural politics really promotes, spreads and interchanges its culture throughout the world.

We have searched, among the several existing models of public politics, for theories which might work as parameters for the analysis of the Brazilian cultural politics in the exterior, based mainly on the phases of the public politics and on Dror's great normative method.

On the whole, the author has examined, beside the analysis of the Brazilian cultural politics in the exterior, the process of international integration and Brazil's participation in the globalization, emphasizing culture as something essential in the process of promoting regional alliances such as the one formed nowadays by Argentina, Brazil, Paraguay and Uruguay

Sumário

<i>INTRODUÇÃO</i>	9
 <i>CAPÍTULO I - POLÍTICA PÚBLICA E PROCESSO DECISÓRIO</i>	
1 - O poder em busca de modelos	12
2 - As fases da política pública	15
2.1 – Elaboração.....	15
2.2 - Formulação	16
2.3 - Implementação	19
2.4 - Avaliação	21
3 - O modelo ótimo normativo	21
 <i>CAPÍTULO II - CULTURA E POLÍTICA CULTURAL</i>	
1 - O conceito de cultura	25
2 - Sobre a identidade da cultura brasileira	28
2.1 - A transplantação na origem	30
2.2 - Diversidade e pensamento contemporâneo.....	34

3 - Uma reflexão sobre o conceito de eficiência	36
3.1 - De desejo e de necessidade	36
3.2 - Administração profissional da cultura	39
3.3 - A lei federal de incentivo à cultura	41

CAPÍTULO III - CULTURA E PROCESSO DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

1 - A integração internacional	43
1.1 - Três perspectivas de integração	45
2 - O fator cultural	48
2.1 - A França pioneira	52
3 - A política cultural do Brasil no exterior	54
3.1- Roteiro operacional do Itamaraty	57
3.2 - Autonomia dos Centros de Estudos Brasileiros	58
3.3 - Os bombeiros da cultura	60
3.4 - A realidade confrontada com a teoria	61
3.5 - O modelo de Dror aplicado	65
4 - Mercosul Cultural	68
4.1 - A construção do Mercado Comum do Sul	68
4.2 - Da Reunião Especializada à Reunião de Ministros	72
4.2.1 - Definição e estrutura	72
4.2.2 - O processo de implementação	73

4.2.3 - A I Reunião Especializada de Cultura	76
4.2.4 - Preparação da Reunião de Ministros	79
4.2.5 - As primeiras providências	81
4.2.6 - O Protocolo de Integração cultural.....	82
4.2.7 - Política aduaneira e a Resolução 122/96	86
<i>CONCLUSÃO</i>	88
<i>Bibliografia</i>	93

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é a política cultural externa do governo brasileiro e, em especial, sua participação no processo de criação do Mercosul cultural. O assunto justifica-se dada a importância da cultura na vida do homem e de sua influência no desenvolvimento da sociedade e das relações interpessoais: as ações culturais do Estado e da sociedade civil são indispensáveis para a formação do caráter e da identidade de uma nação. Assim, o ensaio pretende avaliar até que ponto a política brasileira no exterior tem condições, de fato, de promover, difundir e intercambiar nossa cultura num mundo em vias de globalização, e verificar como o Mercosul Cultural vem contribuindo para o processo de integração internacional.

O primeiro capítulo da dissertação trata dos processos decisórios das políticas públicas. Foram analisadas as fases que as compõem e estudados os seus modelos teóricos, particularmente o *modelo ótimo normativo* de Dror.

O segundo capítulo detém-se no estudo dos conceitos de cultura, de política cultural e dos fatores relevantes para a constituição de uma política cultural contemporânea, isto é, da busca de valores que venham a satisfazer os desejos do homem, dos meios que viabilizem a sua felicidade.

O terceiro capítulo examina o processo de integração internacional e a participação do Brasil na globalização, enfatizando a cultura como fator que propicia os debates sobre regionalização, promovidos atualmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Na dissertação se propõe enfim a otimizar os resultados esperados de uma estratégia cultural no exterior, em que o Estado promova ações que incluam a participação direta ou indireta

da sociedade para que sejam alcançados, com legitimidade, os objetivos definidos. E a globalização — sendo um fenômeno que tanto abre possibilidades para um desenvolvimento econômico integrado como impõe restrições aos meios de proteção da identidade nacional e do potencial criativo e espiritual do povo — cria uma contradição que a política cultural do Brasil no exterior não pode deixar de levar em conta: integrar-se à ordem internacional sem decretar a pulverização da cultura nacional, mas, ao contrário, torná-la um elemento dinâmico de desenvolvimento.

Ressalta-se ainda que, no intento de se otimizar os resultados esperados de uma política cultural no exterior, o Estado deve criar uma política pública que incentive e promova ações que englobem a participação direta ou indireta de diversos setores da sociedade para que se chegue com legitimidade aos objetivos esperados.

É necessário verificar portanto, quais têm sido as medidas concretas tomadas para o alcance dos objetivos propostos de uma política cultural do Brasil no exterior, especialmente no que tange ao Mercosul Cultural. Uma política como esta deve definir o que levar do setor cultural para o exterior e qual deve ser a estratégia para se atingir a este fim.

A metodologia utilizada teve como universo os Ministérios da Cultura- Secretaria de Intercâmbio e projetos especiais e o Ministérios das Relações Exteriores- Departamento de difusão cultural. Os dados foram coletados da seguinte forma: pesquisa bibliográfica (sustentação teórica para o estudo do objeto em questão), pesquisa documental (pesquisa realizada através de documentos oficiais das instituições acima citadas), além de entrevistas realizadas nos órgãos acima citados.

No estudo se propõe, desta forma, a conhecer a política cultural do Brasil no exterior e o Mercosul Cultural, considerando esta política como uma política pública, que tem como marco teórico as fases de sua criação e de modelos que possam auxiliar na análise do processo de decisão de uma política cultural do Brasil no exterior.

CAPÍTULO I - POLÍTICA PÚBLICA E PROCESSO DECISÓRIO

1 - O poder em busca de modelos

Se o objetivo deste estudo é conhecer a política cultural do Brasil no exterior, com ênfase na análise do Mercosul Cultural, é necessário buscar um referencial teórico do processo de tomada de decisão para definir o conceito de política pública, e, em seguida — sem desconsiderar concepções antropológicas e sociológicas — apresentar idéias que auxiliem a análise do tema proposto.

O conceito de política pública pressupõe antes de mais nada a definição da natureza de política. A política é a habilidade de manipulação do poder e está intimamente vinculada ao processo de tomada de decisão, e poder é o meio de atingir-se determinados objetivos. Hobbes, citado por Bobbio¹, entende que “poder consiste nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem”.

Gélédan² define poder, em sentido lato, como a possibilidade de um indivíduo ou um grupo de modificar atos alheios para conformá-los à sua vontade, vencendo resistências. Segundo ele, “o poder é tanto maior quanto mais elevada for a probabilidade de obrigar outras pessoas a agirem de acordo com as escolhas do receptivo”.

A política é pois poder de decisão, poder de escolha, exercício da capacidade de tomada

¹ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, Universidade de Brasília, 1983, p. 934.

² GÉLÉDAN, Alain e BRÉMOND, Janine. *Dicionário económico e social*. Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 1988, p.290.

de decisão. Primeiro, analisa-se o contexto em que ela está inserida e, depois, aprofunda-se o conceito, propriamente dito, de política pública.

De acordo com Ávila³, a análise de políticas públicas é “um processo sistemático de investigação de políticas alternativas, como o levantamento e a demonstração de evidências a favor e contra cada opção apresentada”. É um método de encontrar soluções. Ou como prefere Saassa⁴, política pública é “um processo consciente de seleção de metas, a cargo de atores presentes no sistema decisório, em que está compreendida a identificação dos meios para a consecução de metas”. Pode-se entender ainda por política pública o resultado de um exercício de racionalidade de um ente homogêneo (governo) na busca da promoção do maior benefício público.

Considerando a política pública como forma de tomada de decisão, verifica-se que, de acordo com o contexto em que ela se insere, não há um modelo de análise válido para todas as situações: os modelos que se querem universais perdem-se rapidamente. Os aspectos ambientais na escolha de um método de análise do processo de tomada de decisão devem ser estudados detalhadamente.

Alguns critérios podem ser adotados na escolha de um modelo teórico para a análise da política pública. De acordo com Saassa⁵, esses critérios são os seguintes:

³ ÁVILA, Henrique de Azevedo e SANTOS, Márcio Peixoto de Sequeira. “A utilização de cenários na formulação e análise de política para o setor público”, *Revista de Administração Pública*, 22 (4) : 17-33, out./dez. 1988, p. 18.

⁴ SAASSA, Oliver. *A formação da política pública nos países em desenvolvimento: a utilidade dos modelos contemporâneos de tomada de decisão*. I Seminário sobre políticas públicas - programa de treinamento. Sudeco/Pnud/Banco Mundial, 1988, p.2.

⁵ SAASSA, Oliver. Op. cit., p.3.

“a) o modelo (ou síntese de modelos) empregado deve ter um referencial empírico aceitável, isto é, aparentemente refletir o que se entende por realidade:

b) deve ser capaz de identificar e estruturar os aspectos da política que pretende analisar:

c) deve basear-se em premissas teóricas lógicas, isto é, demonstrar as relações casuais ou estruturais entre seus principais componentes: e

d) deve ser confirmável, isto é, ter condições de ser enunciado de uma forma não passível de distorções”.

É importante, ainda, definir os atores envolvidos neste processo e a interação entre eles. Vários modelos tradicionalistas ignoram o fato de que formuladores políticos detêm forte potencial para facilitar ou mesmo influir no resultado do processo de tomada de decisão. Saassa⁶ faz uma crítica aberta aos tradicionalistas que defendem a participação do formulador de políticas públicas como um agente eminentemente facilitador. Segundo ele, “os modelos tradicionais de insumo-produto veriam o sistema decisório mais como um facilitador e isento de valores do que como causativo, ou seja, como uma estrutura totalmente neutra (...), desta forma tem havido a tendência, entre os tradicionalistas, de ver o sistema decisório como uma caixa preta”.

Aplicando-se este conceito à política cultural do Brasil no exterior, não se admite o formulador apenas como um facilitador do processo de tomada de decisão: ele é um agente que pode modificar a compreensão do que seja mais representativo da cultura brasileira para espelhar a imagem do Brasil no exterior: um agente que tenha objetivos pré-determinados que auxiliem

⁶SAASSA, Oliver. Op. cit., p.5.

nas relações comerciais e diplomáticas do país.

Mas é a partir do conhecimento das fases de uma política pública — elaboração, formulação, implementação e avaliação — que poderemos buscar um modelo de análise do processo de tomada de decisão da política cultural do Brasil no exterior.

2 - As fases de uma política pública

2.1 - Elaboração

A primeira fase no processo de análise de uma política pública refere-se à elaboração da política. Viana⁷ faz algumas reflexões sobre o tema, inspirando-se em autores clássicos e modernos. Segundo ela, a agenda pode ser definida como o espaço de constituição da lista de problemas ou assuntos que chamam a atenção do governo. Aqui é necessário definir bem quais são os problemas e verificar as alternativas de solução. Ressalte-se a importância da participação da sociedade na criação de uma política cultural em que o governo verifica os desejos e as necessidades dos grupos sociais e mobiliza-se internamente para promover no exterior o que há de mais relevante na cultura brasileira.

⁷ VIANA, Ana Luiza. "Abordagens metodológicas em políticas públicas". *Revista de Administração Pública*, 30 (2) : 5-43, mar./abr. 1996, p.7.

Subirats⁸ levanta algumas questões fundamentais na elaboração da agenda, especialmente quanto aos fatores externos que a condicionam e o tempo que há para executá-la: *“En la formación de la agenda o programa de actuación de los poderes públicos interviene un conjunto de factores poco controlables, desde las instancias decisoras y que, además, provocan que los procesos de decisión se vean constantemente alterados y condicionados por una presionante realidad externa. No existe normalmente el suficiente tiempo ni tranquilidad política como para proceder a un análisis serio de evaluación de necesidades que la cuestión plantea, y relacionar las mismas con los objetivos a definir”*.

Uma última observação refere-se à influência que grupos de pressão detêm para tentar tirar vantagens, diretas ou indiretas, das decisões tomadas pelo governo, ou mesmo influir diretamente na formulação da agenda oficial. A questão, aqui, é avaliar até que ponto a agenda oficial e a agenda dos *lobbies* são conflitantes ou coincidentes.

2.2 - Formulação

A fase de formulação de uma política pode ser entendida como a possibilidade de um diálogo entre intenções e ações.

⁸ SUBIRATS, Joan. *Análisis de políticas y eficacia de las administraciones públicas*. Madri, Ministerio para las Administraciones Públicas, 1989, p.60.

Para Viana⁹, ela divide-se em três subfases, a saber:

“a) transformação da massa de dados em informações relevantes:

b) combinação dos valores, ideais, princípios e ideologias com informações factuais para produzir conhecimento sobre ação orientada:

c) transformação do conhecimento empírico em ação pública”.

A transformação da massa de dados em informações relevantes é um dos processos mais delicados na formulação de uma política pública. A definição do que é ou não relevante está submetida contextualmente à interferência mais ou menos ativa do poder.

A segunda subfase apresentada adquire importância tanto no processo de formulação como nas conseqüências que esta poderá trazer para a fase imediatamente posterior que é a de implementação.

Definir os valores e os princípios utilizados para a formulação de determinadas diretrizes de uma política cultural externa é tarefa complicada. A subjetividade de uma análise desta natureza dificulta a produção de conhecimentos sobre ações específicas. Segue-se a terceira subfase que transformaria esses conhecimentos realmente em ações que possam resultar nos objetivos almejados.

Schneider¹⁰, um dos autores citados por Viana, propõe um modelo bastante atraente para a

⁹VIANA, Ana Luiza. Op. Cit., p.15.

¹⁰SCHNEIDER, Lewis. *Urban mass transportation: a survey of the decision making process*. In: VIANA, Ana Luiza Op. cit., p.15.

concretização, não só da formulação da política pública mas também do processo de criação de uma política cultural do Brasil no exterior. Segundo o autor, este modelo seria composto dos seguintes elementos:

- a) percepção da necessidade;
- b) elaboração de um plano preliminar;
- c) equacionamento do problema do financiamento;
- d) plano detalhado;
- e) aprovação institucional;
- f) implementação, e
- g) *feedback*".

Tendo em vista esse modelo, cabe aos formuladores das propostas verificar as alternativas adequadas e proceder à análise dos efeitos que elas poderão gerar posteriormente. Um momento importante desta fase de formulação de uma política é a seleção das metas ou objetivos das diferentes alternativas detectadas. É necessário, antes de tudo, se estabelecer um sistema normativo que possa legitimizar as propostas.

É fundamental ainda que se busque um objeto de análise, como o estudo dos efeitos de políticas já existentes ou examinar quais seriam os efeitos da implementação de determinada alternativa que se pretenda executar.

Depois do problema já estar definido, e da visualização dos efeitos de uma possível

implementação das alternativas, é fundamental partir para o núcleo central de todo o processo — a tomada de decisão propriamente dita. É necessário que se decida quais serão os caminhos a percorrer. É importante analisar, de acordo com os recursos disponíveis, quais são as prioridades e em que ordem devem estar.

Por último busca-se observar, no processo decisório, quem está envolvido, sendo esse processo a culminância de um conjunto de decisões. A definição dos atores que participam do contexto da tomada de decisão compreende fator fundamental para a formulação de uma política pública, inclusive da política cultural do Brasil no exterior.

Conclui-se então que é hora então de partir para o processo de tomada de decisão e definir os caminhos a serem percorridos, analisando as possibilidades dos recursos disponíveis, as prioridades e a ordem de sua inclusão na agenda, dando atenção especial à seleção dos funcionários que irão participar do processo de tomada de decisão, já que eles são fator fundamental para a formulação de uma política pública.

2.3 - Implementação

A terceira fase a ser analisada refere-se à implementação de uma política pública. A implementação pode ser definida como a fase que põe em prática intenções para a obtenção de impactos e conseqüências: melhor dizendo, é o momento de aplicar um programa de ação para a solução de problemas e encaminhamento de prioridades estabelecidas na fase de elaboração. A qualidade do desempenho da política pode depender das características dos órgãos

implementadores e das condições políticas, econômicas e sociais vigentes.

Segundo Subirats¹¹, o ponto de partida do processo de implementação de uma política pública implica na possível influência dos processos de decisões racionais: tanto mais claramente sejam especificados os objetivos de um programa, mais fácil será o trabalho de viabilizá-los. Outros elementos influenciam o desempenho do processo de implementação, tais como a adequação de recursos à implantação dos objetivos, as variáveis determinadas pelas circunstâncias, o papel da opinião pública, a reação de grupos econômicos cujos interesses tenham sido afetados etc. Tais situações exigem a formulação de programas específicos que tenham capacidade de encontrar meios de contornar dificuldades..

As duas principais fases de uma política pública são a de formulação e a de implementação, sendo que a análise comparativa entre estas duas fases constitui fator importante de verificação por parte de um *expert*. É necessário, cada vez mais, que especialistas da área avaliem se a agenda está sendo devidamente implementada, com um mínimo de distorções.

Neste quadro de necessidade de articulação entre política de formulação e política de implementação surge uma das hipóteses desta pesquisa: alguns objetivos na formulação de programas de política cultural externa dificilmente podem ser explicitados, de forma a facilitar, posteriormente, a sua implementação. Melhor dizendo: se um dos objetivos principais de uma política cultural externa é o de proporcionar um clima de facilidade nas relações políticas, econômicas e comerciais, há casos em que não há interesse, por parte do governo, de definir com clareza metas de natureza estratégica, como aquelas que proponham, por exemplo, aumentar o

¹¹ SUBIRATS, Joan. Op. cit., p.109.

poder político brasileiro em determinadas regiões.

2.4 - Avaliação

A quarta e última fase de uma política pública corresponde à avaliação. De fato, esta fase constitui a mais difícil de se analisar. Na avaliação de uma política cultural no exterior, dimensionar resultados é algo extremamente subjetivo, apesar de ser indiscutível afirmar sua existência.

Avaliar o que está sendo implementado numa política cultural do Brasil no exterior só é possível se for feita de maneira subjetiva. É possível verificar, por exemplo, que houve um aumento da demanda por filmes brasileiros, depois da participação brasileira num determinado festival ou, então, que o número de alunos de cursos de português no exterior teve um sensível aumento. Estes são exemplos do que poderia consistir como objeto de avaliação da política cultural do Brasil no exterior.

Apesar disto, pode-se afirmar que existe um incremento nas relações internacionais quando um país decide implementar um conjunto de ações que incentivem a difusão da cultura deste território no exterior.

3 - O modelo ótimo normativo

Na busca de um referencial que possa auxiliar a análise da política pública em estudo, é necessário proceder a reflexões sobre alguns modelos do processo de tomada de decisão. Uma

primeira observação refere-se à racionalidade. De acordo com Saassa¹², o agente racional trataria de:

- “a) aclarar os valores e objetivos:
- b) examinar todas as alternativas existentes para a consecução dos objetivos:
- c) identificar as prováveis conseqüências da implementação de cada alternativa:
- d) escolher a alternativa aparentemente propícia a maximizar a consecução de valor líquido”.

Segundo Dye¹³, a política racional é aquela estabelecida de maneira a maximizar o alcance de valores. A racionalidade está vinculada à idéia de eficiência, que pode ser considerada como a relação entre *inputs* e *outputs*, mas, quando aplicada à realidade concreta, costuma deparar-se com dificuldades de ordem pragmática, e, se levada a extremos, pode transformar-se, não em instrumento de orientação de trabalho, mas em conceito utópico.

No processo racional de tomada de decisão, o volume de informações exigido é grande, encarecendo o processo de coleta de dados, os quais, freqüentemente são pouco confiáveis. Estes problemas dificultam os estudos de projeção, levando em alguns casos os formuladores a se valerem da intuição como meio de tornar o futuro menos imprevisível.

O pensador Lindblom se opõe às falhas da teoria da racionalidade, construindo um modelo inverso, chamado de *incrementalismo desarticulado*, que em lugar de escolher meios adequados a fins pré-determinados, prega a necessidade da escolha de objetivos de acordo com a

¹² SAASSA, Oliver. Op. cit., p 10.

¹³ DYE, Thomas. *Modelos de política: algumas contribuições à compreensão da política pública.* . In : *Understanding Public Policy*. N.J., Prentice-Hall Inc., 1972, p.12.

disponibilidade dos meios. Embora o método de Lindblom possa ampliar o campo do processo de tomada de decisão, ele impõe limitações que, indevidamente avaliadas, podem levar os administradores à inércia, de um lado, e à fragmentação das unidades de decisão, de outro, pelo fato de as escolhas serem feitas por consenso. Seria ainda um método conservador porque acaba por manter em execução programas e políticas pré-estabelecidas, uma vez que estas já foram legitimadas por seus formuladores e porque novas soluções exigem um volume de verbas geralmente não disponível.

A favor do incrementalismo, uma observação: nas políticas em andamento é mais fácil chegar-se ao consenso do que buscá-lo na formulação de programas novos, que tendem a prolongar os conflitos internos.

Com a finalidade de contrapor-se às limitações do modelo defendido por Lindblom, Dror desenvolve uma teoria que acata concepções tanto do conceito de racionalidade como do incrementalismo desarticulado -- o *modelo ótimo normativo*. Dror enfatiza a inexistência de uma racionalidade pura, levando em conta o julgamento intuitivo e o julgamento criativo, e deixando assim a cargo do formulador de política a escolha entre uma norma de risco mínimo e uma norma inovadora, facilitando a definição de metas e a solução de problemas.

O modelo ótimo normativo, para o processo de tomada de decisão, tem, segundo Dror¹⁴, as seguintes características principais:

¹⁴ DROR, Yehezkel. *Salir del paso, ciencia o inercia?* In: AGUILAR Villanueva, Luis. *La hechura de las políticas*. México, Porrúa, 1992, p.262.

- a) clarificação dos valores, objetivos e critérios de decisão:
- b) identificação de novas alternativas, promovendo criatividade de alternativas:
- c) cálculo preliminar dos resultados esperados de diversas alternativas e decisões em preferência de uma estratégia de risco mínimo ou no caso de se preferir uma estratégia de inovação:
- d) demonstração de uma política ótima é o consenso a que chegam os analistas, depois de ampla discussão de suas quatro fases:
- e) há intenso esforço no sentido de verificar se o problema em questão é realmente importante para merecer análise mais aprofundada:
- f) teoria e experiência, racionalidade e não racionalidade estão na base da decisão:
- g) é um modelo de melhorar a qualidade da tomada de decisões por meio de aprendizado sistemático a partir da experiência, motivando a iniciativa e a criatividade, desenvolvendo habilidades e favorecendo o esforço intelectual.

Aperfeiçoamento do processo de tomada de decisão através da racionalidade e da intuição: clarificação de objetivos e identificação de novas alternativas: valorização da política de consenso para a formulação de uma política pública — eis algumas propostas que habilitam o modelo de Dror como o mais adequado à análise do processo decisório de uma política cultural do Brasil no exterior.

CAPITULO II - CULTURA E POLÍTICA CULTURAL

1 - O conceito de cultura

O termo cultura é de difícil definição, devido à sua complexidade e riqueza. Entre tantos e possíveis conceitos há um que norteará este estudo: trata-se do verbete registrado no *Dicionário filosófico abreviado*, e citado por Sodré¹⁵:

“Cultura — conjunto de valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de sua história. A cultura é um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondam. Em um sentido mais restrito, compreende-se, sob o termo de cultura, o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinado. Assim, entende-se por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral etc (...).”

Há dois significados básicos do termo cultura. O primeiro deles refere-se à própria formação do homem, à sua busca de conhecimento e refinamento do espírito, o respeito pelo outro e seu meio ambiente, dotando-o de capacidade de transcendência: nessa abordagem

¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da história da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1996, p.3.

individual de cultura, a referência é o chamado homem culto, atuante na construção de valores e tradições, através de verdadeira cruzada interior.

Os gregos buscavam na vida espiritual a possibilidade de transcender o cotidiano e a matéria. O ideal clássico de então tinha fortes características aristocráticas. Com o advento do Iluminismo o conceito de cultura amplia-se, volta-se para a renovação da sociedade, para o ideal de universalização, preconizado pela Revolução Francesa. A cultura nessa perspectiva é a própria realização do homem, de sua formação integral: um ser consciente, de espírito livre, aberto, que sabe compreender outras idéias e outras crenças.

O outro significado do termo cultura tem um sentido mais amplo e vem sendo utilizado especialmente pelos antropólogos e sociólogos, e pode ser entendido, segundo Abbagnano¹⁶, como o conjunto de modos de vida fundados e transmitidos de uma geração à outra, entre os membros de uma determinada sociedade. Cultura, aqui, não significa a formação do indivíduo na sua humanidade e maturidade espiritual, mas a formação coletiva e anônima de um grupo social nas instituições que o abrigam. Esta é uma definição mais próxima daquela que engloba cultura como um conjunto de valores materiais e espirituais criados pelos homens no decorrer da história: arte, religião, filosofia, ciência, utensílios, usos e costumes, instituições sociais e políticas, linguagem, a própria atividade humana constituem o domínio da cultura, que se distingue, com nitidez, do mundo natural. O que é pedra pode transformar-se em objeto cultural nas mãos de um escultor, quer seja ele um índio ou Rodin. Aqui não se discrimina cultura erudita de cultura popular. Com a valorização de todas as formas de cultura, uma nação pode se desenvolver na

¹⁶ ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970, p.209.

perspectiva do aprimoramento do espírito e do caráter, do bom relacionamento social, do conhecimento e da verdade.

O Brasil, com sua diversidade e riqueza culturais, tem condições de contribuir para a formação do mosaico mundial. Mas essa diversidade só se torna riqueza se for tratada com espírito democrático, no sentido de buscar o reconhecimento das diferenças. O equilíbrio no tratamento das diferenças culturais é a chave da integração entre as nações e da neutralização do etnocentrismo, que desqualifica concepções culturais estranhas ao seu mundo: a cultura européia é um exemplo vivo dessa realidade, e o papel do governo brasileiro na formulação de uma política cultural externa deve buscar permanentemente o reconhecimento de diferenças.

2 - Sobre a identidade da cultura brasileira

Uma primeira idéia sobre a identidade da cultura brasileira decorre do fato de ter sido ela uma cultura transplantada pelos colonizadores. Mas pode-se dizer também que a nossa identidade foi, ao mesmo tempo, o encontro de várias culturas, o que fez do Brasil um país plural, como afirma Bosi¹⁷. Por isso mesmo a busca incessante, por décadas, de uma identidade cultural, baseada na idéia de nacionalidade, ficou muito aquém do dinamismo que permeia nossa cultura.

Coelho¹⁸ sugere o conceito de identificação cultural como substituto do termo identidade cultural. Segundo ele, "a identificação cultural, mais do que um sistema, armado por unidades significantes estáveis a que correspondem unidades de significado perene, é hoje um processo de unidades cambiantes, como significantes e significados, no qual os indivíduos e grupos entram e do qual saem intermitentemente, ao sabor de motivações de diversificada origem. Ora, a identificação cultural se faz com determinados elementos, ora com outros. Existiriam ainda, eventualmente, núcleos duros na identificação, mas ela mesma, como processo totalizante, não se apresenta como estável e constantemente igual a si mesma."

¹⁷ BOSI, Alfredo. *Plural, mas não caótico*. In : *Cultura brasileira - temas e situações*. São Paulo, Ed. Ática, 1992.

¹⁸ COELHO, Teixeira. Op. cit. p.201.

Entretanto, pode-se dizer que unidades cambiantes não excluem a base cultural específica que cada comunidade cria para satisfazer desejos sociais, e a partir da qual seriam formulados programas destinados a preservar tradições. Identifica-se assim o conceito de identidade cultural, que desfaz núcleos cristalizados e assume a sua face dinâmica, com a qual deve se apresentar nossa política cultural. Herrera¹⁹ afirma existir uma identidade latino-americana, com sua presença histórica, econômica, política e cultural no mundo contemporâneo, e que tende a se afirmar. O mesmo caminho percorre o Brasil na afirmação de sua pluralidade cultural. A conscientização e o uso adequado de nossos valores oferece alternativas à inevitável transferência cultural que ocorre entre as nações atualmente. A conscientização implica na crítica à tendência elitista que circula nos meios sociais e que ainda considera o Brasil como prolongamento da cultura européia, reverenciando concepções etnocentristas que usurpam o direito inalienável de afirmação de nossa cultura.

Segundo Magalhães²⁰, “um dos mais graves problemas com que se defrontam os países no mundo moderno é a perda da identidade cultural, isto é, a progressiva redução dos valores que lhes são próprios, de peculiaridades que lhes diferenciam as culturas. Esta perda é, na verdade, a face negativa do acelerado processo de integração universal determinado pelo avanço tecnológico, que se propaga através, principalmente, da tecnologia do produto industrial e da tecnologia da comunicação audiovisual.”

¹⁹ HERRERA, Felipe. *O contexto latino-americano e o desafio cultural*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1983, p.75.

²⁰ MAGALHÃES, Aloisio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1985, p.47.

2.1 - A transplantação na origem

O Brasil, na condição de colônia, sofreu uma transplantação cultural. O domínio cultural teve por objetivo a conquista do poder e a imposição de uma ordem econômica de características predatórias. A cultura brasileira foi marcada pela alienação e pela falta de autenticidade. Falar em cultura brasileira é falar em relações de poder, de poder político. Questiona-se, assim, qual o sentido da identidade e da memória que se querem nacionais.

A característica mais marcante da identidade da cultura brasileira remonta à época do descobrimento do Brasil. Na época da colônia, a cultura do povo dominador foi imposta ao povo dominado, que foi trazida de fora: os senhores portugueses trouxeram para cá as concepções européias, e os escravos, as tradições africanas. Sodré²¹ salienta que, a partir do momento em que se admite o caráter de cultura transplantada, é possível dividir o desenvolvimento da cultura brasileira em três etapas:

“1 - cultura transplantada anterior ao aparecimento da camada social intermediária, a pequena burguesia:

2 - cultura transplantada posterior ao aparecimento da camada intermediária, a pequena burguesia:

3 - surgimento e processo de desenvolvimento da cultura nacional, com o alastramento das relações capitalistas”.

O autor afirma que a cultura que aqui se formou durante o tempo da colonização não pode

²¹ SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p.7.

efetivamente ser chamada de nacional. No Brasil Colônia — caracterizado pelas distâncias gigantescas entre os locais de produção de bens e os locais de consumo, pela inexistência de vida urbana e população rural rarefeita — reinou poderosa a ideologia católica trazida pelas missões jesuítas, que, no afã da evangelização, provocaram enorme perda dos valores e das tradições indígenas

Com o nascimento da pequena burguesia brasileira dominam os valores estéticos da classe dominante européia e a idéia de aprimoramento espiritual. A ascensão da burguesia ao poder e sua adesão ao liberalismo constitucional corresponde o rompimento de antigos padrões culturais, o ímpeto renovador e o acesso de camadas da classe média à cultura. Combate-se a transplantação cultural e a alienação, busca-se o original, o autêntico.

Sodré²² mostra que os intelectuais comandaram esta contestação da cultura estabelecida, e o ano de 1922 pode ser considerado um marco: é o ano da Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo. Além disso, é nesse período que se dá a fundação do Partido Comunista, e do Tenentismo organizado na revolta do Forte de Copacabana.

O coroamento da mudança político cultural se dá com a Revolução de 1930. Cite-se as palavras de Sodré²³ sobre o que representou o Modernismo para a cultura brasileira neste período: “É incontestável que o Modernismo representou, nas condições do momento, considerável avanço, mais pelo que destruiu e pelas perspectivas que rasgou do que pelo patrimônio levantado

²² SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit., p.59.

²³ SODRE, Nelson Werneck. Op. cit., p.59.

por seus pioneiros (...). A liquidação do formalismo tradicional, da ênfase, da retórica, a simplicidade de estilo, a busca da clareza, a amplitude da frase, o acolhimento de formas populares, a aproximação de motivos nacionais, o esforço renovador, contudo, constituíram enorme serviço, abrindo fase inteiramente diversa para as letras e para todas as formas e manifestações artísticas e mesmo, mais amplamente, culturais, no Brasil”.

Havia nos jovens de São Paulo, o desejo de construir um futurismo autóctone, diferente do europeu. Esta busca do rompimento da tradicional se tornou o principal objeto de luta do Modernismo. Até 1922, não se tinha realmente uma arte com características nacionais, seguia-se sempre idéias e modelos estrangeiros. Estava-se sempre numa posição subalterna, frente à cultura externa.

A base da manifestação da Semana de Arte Moderna consistia numa exposição de esculturas com artistas como Victor Brecheret e Haerberg. Na pintura destacam-se Anita Malfatti e Di Cavalcanti e na arquitetura, A. Moya e George Przyrembel. Villa Lobos é consagrado na música e não apenas no Brasil, mas também no exterior. No que tange à literatura, Mário de Andrade publicava sua *Paulicéia Desvairada* e acabará por se consagrar como um dos ícones da Semana de Arte Moderna.

É uma fase de mudanças. Uma verdadeira revolução que começa a tomar um vigor jamais visto. Vale ressaltar que houve ainda, uma profunda influência externa em todos os campos das artes, somando-se à busca de uma originalidade interna.

A terceira fase da cultura brasileira começa na Revolução de 1930. Movimento que permite, num primeiro momento, o crescimento da burguesia capitalista e do proletariado assim

como a polarização das duas classes sociais. Nesse contexto, as relações capitalistas aprofundam-se e os produtos culturais são mais amplamente divulgados, começando a submeter-se às leis do mercado.

As produções culturais multiplicam-se tão rapidamente quanto as lutas ideológicas. Com a estabilização da consciência criadora nacional, emerge no cenário nacional um conjunto de poetas, romancistas e teatrólogos que enriquecem sensivelmente a cultura brasileira. Dentre tantos autores e artistas, pode-se citar a poesia de Carlos Drummond de Andrade, a pioneira Rachel de Queiroz por sua atuação regionalística, o escritor telúrico e torrencial José Lins do Rego, o magnífico romancista Graciliano Ramos, o contista intimista Aníbal Machado. Um teatro brasileiro realmente autêntico começa a tomar forma com Oduvaldo Vianna e Gastão Tojeiro, além do controvertido Nelson Rodrigues. O público cresce da mesma forma, cabendo uma parcela razoável à pequena burguesia.

A partir de 1945, o capitalismo permeia o conjunto da estrutura social e lança as bases para o nascimento da indústria cultural, que padroniza gostos, idéias, valores, realizando assim, também nessa área, a razão primeira de sua existência: a aferição de lucro.

Nos Estados Unidos, atualmente, a indústria cultural representa um dos setores mais lucrativos da economia interna e de grande peso na balança comercial. A influência poderosa dos meios de comunicação de massa nas diversas formas de cultura torna necessária a formulação de uma política que proteja nossa identidade cultural da massificação. O intercâmbio de nossos melhores e mais autênticos valores culturais com os países do Mercosul é parte de uma estratégia efetiva de integração sul-americana e de emancipação do pensamento nacional do jugo da

transplantação de origem. Através destes intercâmbios culturais, os países do Cone Sul podem impedir a massificação e mesmo o imperialismo cultural que é uma das piores formas de se submeter uma nação aos desejos de um país mais poderoso.

2.2 - Diversidade e pensamento contemporâneo

A idéia do desenvolvimento nacional sustentado na autenticidade brasileira é um fator de sobrevivência, e Saravia²⁴ buscando alguns autores contemporâneos interpreta o esplendor de nossa diversidade cultural.

Ele cita, em primeiro lugar, Gilberto Freire, de *Casa Grande e Senzala*, que considerava a cultura brasileira a confluência formada pelas vertentes portuguesa, indígena e africana. Para ele, os portugueses que aqui desembarcaram manifestavam um pensamento já permeado por um conjunto de diversas culturas que marcaram presença na Península Ibérica, especialmente sob influência árabe, e que, misturando-se às tradições indígenas e africanas, constituíram as raízes da cultura brasileira. Já Sérgio Buarque de Holanda foi, ainda segundo Saravia, o introdutor da dialética como método de estudo da nossa realidade. Darcy Ribeiro identifica a base cultural do Brasil nas camadas mais oprimidas da sociedade. E essa cultura sincrética, que ele chama de "vulgar", é justamente o berço da criatividade e identidade, que inspira formas de ação sobre a natureza que permitem criar condições materiais para a existência humana. Mais do que isso, o estabelecimento de laços de convivência, através de um sistema associativo, torna possível a

²⁴ SARAIVIA, Enrique. *Perspectivas sobre a identidade da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, 1982.

satisfação das necessidades e das demandas espirituais do povo.

Sendo as concepções antropológicas de cultura relativamente recentes, o governo brasileiro sempre buscou valorizar a chamada cultura erudita em detrimento da cultura popular. A escolha do autêntico só há pouco passou a ser incentivada e ser assumida oficialmente. Pelo menos em discurso.

No final da década de 70, Aloísio Magalhães propõe uma virada nos critérios de ação cultural, especialmente nos referentes à preservação do patrimônio público. Ele acredita que o passado histórico habilita as pessoas a compreenderem o presente e a projetar o futuro. Para Magalhães a participação da comunidade é cada vez mais necessária para a formulação e implementação de uma política de preservação do patrimônio histórico e artístico de nossa sociedade. O bem cultural deve ser buscado e incentivado na vida da população, de forma a permitir-lhe o conhecimento de suas origens e identidade. De acordo ainda com o autor, o Brasil é um país jovem e pobre e como tal é mais suscetível aos prejuízos provocados pelo fenômeno da transferência internacional de valores e tecnologias, mas, ao mesmo tempo, tem maior potencial de criatividade e invenção. De onde a necessidade de preservar-se manifestações culturais espontâneas e populares. Elas podem trazer soluções ainda não pensadas pelos países ricos, se pensadas de acordo com a matriz apresentada pelo autor: continuidade, bens culturais e cultura jovem.

Segundo ele, o modelo de desenvolvimento sócio-econômico preconizado pelas nações ricas não resolveu os problemas nem trouxe felicidade para o homem. Ao contrário, desenvolveu um sistema altamente complexo de vida que dificulta seriamente a busca de novos sistemas e

modelos que estejam fora do que é considerado cultural ou socialmente correto. O fato de o Brasil ser um país de cultura jovem lhe dá o privilégio de questionar este modelo e buscar alternativas que valorizem e enriqueçam a sua existência. A felicidade, individual e coletiva, vincula-se intimamente à idéia de soberania e passa a ser prioridade de uma política cultural contemporânea.

3 - Uma reflexão sobre o conceito de eficiência

3.1 - De desejo e de necessidade

Com o objetivo de consolidar a análise da política cultural do Brasil no exterior, é preciso saber qual tem sido a orientação governamental para a formulação e implementação de uma política cultural interna, e se esta política se pauta pela preservação de identidades e disseminação de valores. Neste sentido, esta política cultural interna dará uma sólida base de sustentação para a criação de novos processos de difusão no exterior.

No *Dicionário crítico*, citado por Coelho²⁵, encontramos subsídios para a definição de política cultural, "entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações

²⁵ COELHO, Teixeira. Op. cit., p.293.

simbólicas. Sob esse entendimento imediato, a política cultural apresenta-se, assim, como o conjunto de iniciativas tomadas, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelhos burocrático por elas responsável.”

Aloísio Magalhães²⁶ define ainda política cultural como um conjunto articulado e fundamentado de decisões, projetos, programas, recursos e instituições, a partir da iniciativa do Estado. O Brasil, segundo o autor, precisa conhecer o Brasil ou os Brasís, e redescobrir sua heterogeneidade cultural.

Uma política cultural para ser eficiente deve, antes de tudo, ter uma orientação que reflita os desejos do grupo social a que se destina. Seu conteúdo deve originar-se do povo, tanto na versão popular quanto na versão de elite. E a política cultural do Brasil no exterior deve refletir essa realidade de ser representativa dos valores do povo brasileiro.

Coelho²⁷ distingue ainda duas tendências da ação cultural: a sociológico-materialista e a psicossocial. A primeira vertente, de natureza sociológica, adota o modelo do sistema de produção genericamente concebido, de que o sistema de produção cultural é uma versão. O pólo psicobiológico vincula-se mais ao desejo do que à necessidade, isto é, o pensamento moderno elege o desejo como o verdadeiro regente da orquestra. Esta percepção permite mobilizar com mais vigor as forças da comunidade para a criação de projetos de cunho cultural.

A política cultural engloba também dois segmentos: o que se destina à preservação do

²⁶ MAGALHÃES, Aloísio. Op. cit.

²⁷ COELHO, Teixeira. Op. Cit. p.12.

patrimônio histórico e o que se dedica aos projetos de criação artística. De acordo com Herrera²⁸ pode-se dizer de maneira empírica que essa classificação distingue o produto cultural já existente, geralmente de conteúdo histórico, aceito e incorporado à sociedade, e a capacidade criadora do homem nas suas expressões artísticas mais conhecidas, como a literatura, a pintura e a música.

Coelho²⁹ reforça essa classificação definindo os dois termos em seu *Dicionário crítico*: “A política cultural patrimonialista marca a política cultural dirigida para a preservação, o fomento e a difusão de tradições culturais supostamente autóctones ou, em todo caso, antigas ou, ainda, ligadas às origens do país (patrimônio histórico e artístico), e diz respeito, em princípio, tanto ao acervo da história dos grupos dirigentes quanto às tradições e costumes das classes populares. O segundo modo, mais adequadamente denominado de criacionista, caracteriza a política cultural que promove a produção, a distribuição e o uso ou consumo de novos valores e obras culturais. Embora não se limitem a tanto, na prática as políticas criacionistas costumam privilegiar o apoio às formas culturais próprias das culturas média, como o cinema, e superior ou de elite como dança e música de vanguarda (...).”

Os debates sobre política cultural brasileira mais interessantes voltam-se para os incentivos, materiais e programáticos, que são criados e distribuídos para a área patrimonialista e para a área criacionista, e desses debates costumam resultar diretrizes importantes.

²⁸ HERRERA, Felipe. *Novas frentes de promoção da cultura*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983, p.12.

²⁹ COELHO, Teixeira. Op. cit., p.296.

Entretanto, estes debates não devem resultar num detrimento do que é investido na área patrimonialista, ou na área criacionista. O governo deve criar mecanismos que beneficiem a instituição cultural como um todo, sem privilégios para áreas específicas.

3.2 - Administração profissional da cultura

Para a execução desse objetivo a parceria governo, iniciativa privada e participação comunitária é imbatível. É notório o descaso com que os políticos tratam a cultura brasileira. É só conferir nos orçamentos o volume de recursos destinados para esse fim e perceber que cultura não passa de rubrica de segunda categoria. Mas, no momento em que o governo possibilita ao empresariado a utilização de um conjunto de incentivos fiscais para investimentos na área da cultura, é possível levantar uma quantidade mais expressiva de recursos. A Lei do Audiovisual, por exemplo, permite descontar um determinado montante dos gastos no Imposto de Renda, o que vem aumentando consideravelmente o número de produções cinematográficas no país.

Em sua argumentação a favor da administração profissional da cultura, Durand³⁰ diz que o Estado deve estimular atividades culturais, sem jamais tornar-se ele próprio produtor de cultura.

³⁰ DURAND, José Carlos Garcia. "Profissionalizar a administração da cultura". *Revista de Administração de Empresas*, 36 (2) : 6-11, abr./jun. 1996, p.10.

Mas, se não se pode nem se deve esperar por um Estado mecenas — enquanto há enorme carência de verba nas áreas sociais — é razoável que o governo, articulado com o empresariado e a sociedade, invista um volume de recursos compatível com a importância que os discursos oficiais costumam conferir à cultura.

Durand³¹ define os princípios indispensáveis para uma política cultural eficiente. Qualidade, diversidade, preservação de identidades, disseminação de valores, segundo ele, asseguram um fluxo de bens e de atividades de bom nível. Este fluxo deve “comportar a diversidade suficiente para oferecer ao cidadão condições reais de consumo cultural entre os segmentos artísticos e em cada um destes.”

A política cultural não pode ainda se subordinar a interesses partidários que, com as mudanças periódicas de poder, costumam interromper o andamento dos projetos do governo anterior, rompendo um dos princípios de eficiência administrativa, que é o da continuidade. Tudo pode ser mudado, interrompido, extinto em nome da razão de Estado.

Num país em que educação é relegada a plano secundário e cultura é questão supérflua, fica difícil visualizar concretamente a possibilidade de desenvolver uma política cultural eficiente, ou seja, o conjunto articulado e fundamentado de decisões, programas e instituições de governo que funcionem sistematicamente.

³¹ DURAND, José Carlos Garcia. Op. cit., p.7.

3.3 - A lei federal de incentivo à cultura

Um dos objetivos principais do governo federal, através do Ministério da Cultura, é o de juntar forças com a iniciativa privada para a execução de uma política de cultura bem sucedida. Esta parceria pode ser interessante para as partes envolvidas. De um lado, o governo, através de subsídio indireto, que permite um incremento dos investimentos culturais do país; do outro lado, a iniciativa privada, financiando projetos culturais, está autorizada a debitar parcela, e em alguns casos, o total dos gastos no Imposto de Renda. O retorno pode vir também através do *marketing* cultural que potencializa a comercialização dos produtos. O mercado de projetos culturais vem ganhando vigor com a nova regulamentação da Lei de Incentivo à Cultura, cujos principais itens o Ministério da Cultura destaca:

a) estímulo à parceria de empresários, com o aumento do percentual do abatimento do Imposto de Renda de pessoas jurídicas, que passa de 2% para 5%:

b) possibilita a utilização de até 25% dos produtos culturais, por parte dos investidores, para fins promocionais:

c) reconhece o papel dos agentes culturais — produtores, agências de propaganda, consultores — e inclui no orçamento custos de captação, divulgação e elaboração de projetos:

d) facilita aos artistas e produtores culturais o acesso aos investimentos e elimina as datas fixas para a entrega de projetos, que agora podem ser apresentados durante todo o ano:

e) limita em 60 dias o prazo máximo para a apreciação de projetos pelo Ministério da

Cultura”.

Os recursos captados para a viabilização destes projetos culturais visam a um dos seguintes objetivos: incentivo à formação artística cultural, fomento à produção cultural e artística, preservação e difusão do patrimônio artístico e histórico, estímulo ao conhecimento dos bens e valores culturais e apoio a outras atividades artísticas e culturais. Deste modo, pode-se vislumbrar um incremento dos investimentos na área cultural do país, o que conseqüentemente criaria reflexos nas ações culturais do Brasil no exterior.

CAPÍTULO III - A CULTURA E O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

1 - A integração internacional

Nos últimos anos ocorreram mudanças profundas no cenário internacional. Entre as transformações mais importantes estão o fim da Guerra Fria, a ascensão da democracia, a expansão da liberdade comercial e da economia de mercado. A globalização da economia e a transnacionalização das empresas alteraram a correlação de forças internacionais e instigam, em toda parte, o reagrupamento de países e a criação de instituições regionais. É o caso da Comunidade Econômica Européia, o Nafta e o Mercosul. As relações de produção mudaram radicalmente, o poder político redirecionou-se, criando um sistema internacional fundado na interdependência, que começa a exigir um novo sistema de cooperação internacional.

O filósofo italiano Giacomo Maramao³², conhecido no Brasil por obras importantes como *Poder e secularização*, *austromarxismo* e *O político*, na análise contemporânea que faz da globalização antecipada no *Manifesto* de Marx e Engels — que acaba de completar 150 anos — adverte para o fato de que o cenário aberto pelo texto de 1848 apresenta-se profundamente modificado porque os sujeitos já não são mais a burguesia e o proletariado: “Hoje, os novos sujeitos são os operadores das grandes indústrias e empresas multinacionais, que não podem ser considerados burguesia. São técnicos, gerentes, dependentes de enormes complexos industriais. São os derivados da burguesia.

³² MARAMAO, Giacomo. *Jornal do Brasil*. 24/01/98.

E no lugar do proletariado, temos amplos segmentos da população, que freqüentemente estão fora do processo produtivo. No Brasil, eles constituem um terço da população; na Ásia, são quase a metade dos asiáticos, na África, quase 70%. São os excluídos do processo produtivo”, explica o filósofo.

Segundo Maramao, esta não seria a única diferença entre a globalização atual e a antevista por Marx e Engels: “Enquanto eles achavam que a mundialização dos mercados, de *per si*, traria a liberação lançando as premissas de uma passagem a uma fase nova, quase revolucionária, hoje nos damos conta de que a globalização é um processo que precisa ser politicamente orientado. Não é um processo linear, e marcado por duas faces da mesma moeda. Se produz a unificação do mundo através das comunicações, permite que a burguesia possa arrastar para a civilização até as nações mais bárbaras. Portanto, é um processo de unificação do mundo, que se realiza com as novas tecnologias da comunicação multimídia, mas é um processo que, criando um modelo único e um tempo único para o mundo, cria apenas uma ilusão.” Ele explica: “São formas de diferenciação que se pensava não fossem mais possíveis: as lutas de tipo localista como a que a Liga Norte conduz na Itália ou como as novas formas de autonomismo (como os movimentos pela autonomia basca e catalã), de reivindicações nacionais ou subnacionais (caso da ex-Iugoslávia), que produzem outras formas de localismo, inclusive nos Estados Unidos, no Canadá (recorde-se Quebec) e até na América Latina. Tendências que, às vezes, são até do tipo econômico, como os projetos para constituir unidades de áreas economicamente mais fortes.”

O fator cultural insere-se nesta nova perspectiva como ponte para as transformações regionais e globais. O incentivo a intercâmbios culturais muda de natureza: de insignificante ou

supérfluo, como tem sido considerado, passa a ser instrumento eficaz de política de integração internacional. Aprofundar a consciência da necessidade de neutralizar antagonismos e fortalecer os elos de unidade entre as nações, de um lado e, de outro, proteger o patrimônio cultural e o direito às suas diferenças. — eis o papel que cabe às instituições de cooperação cultural como coadjuvantes ativas neste mundo de transformações radicais.

1.1 - Três perspectivas de integração

O processo de integração, internacional ou não, pode ser definido de acordo com o *Vocabulário filosófico* de Lalande, citado por Aleixo³³. Integração seria “o estabelecimento de uma interdependência mais estreita entre os membros de uma sociedade.” No que diz respeito às principais dimensões do conceito de integração, Barrera³⁴ distingue três significados do termo.

A primeira dimensão seria econômica, caracterizada pelas etapas por que passam os processos de integração internacional. Essas etapas seriam:

- “a) área de livre comércio;
- b) união aduaneira;
- c) mercado comum;
- d) união econômica;
- e) comunidade econômica”.

A Comunidade Econômica Européia compõe o grau mais elevado a que se pode chegar num processo de integração. Ela pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscal e social

³³ ALEIXO, José Carlos Brandi. *Integração latino-americana*. Brasília. Editora da UnB. 1970, p.65.

³⁴ BARRERA, Manuel. *Algunos aspectos no económicos de la integración latinoamericana*. Chile. Ed. Instituto de Administración de la Universidad de Chile. 1969.

em uma autoridade supranacional, cujas decisões são obrigatórias para os Estados-membros.

O processo de integração pode ser parcial ou total. O Mercosul, por exemplo, está ainda na fase de união aduaneira, mas tem a perspectiva de ser um processo de integração total.

As relações comerciais com outros países começam a se modificar, permitindo um número maior de acordos. Um país membro de um determinado grupo terá mais força nas relações comerciais que o que negocia em separado. Barrera³⁵ faz uma observação específica para os países do Terceiro Mundo, como o Brasil. Segundo o autor, *“la integración económica de áreas subdesarrolladas induce a una expansión del comercio regional, ya que ella implica la eliminación de la discriminación contra las importaciones procedentes de los otros países de la región. Con ello cambia el volumen total del comercio y la estructura de la inversión.”*

A segunda dimensão do conceito de integração é a política. A integração política é antes de tudo um processo social que implica na formação de um novo centro de decisões com jurisdição sobre os estados anteriores, inclusive com legitimidade para utilizar meios de coação. A soberania é um conceito que, de acordo com esta perspectiva, modifica-se profundamente.

Segundo Alvarez³⁶, o Estado continua sendo soberano. A soberania, por definição, é indivisível e inalienável perante as normas que regem a política internacional. Neste sentido, o Estado não cede a soberania, ele delega o seu exercício. Alvarez afirma que *“... continúa siendo el guardián de la soberanía que se presenta como el poder de decisión en última instancia. El*

³⁵ BARRERA, Manuel. Op. cit., p.9.

³⁶ ALVAREZ, Gabriel Omar. *Los límites de lo transnacional: Brasil e o Mercosul. Una aproximación antropológica a los procesos de integración*. Brasília, Ed. UnB, 1995, p.48.

proceso de integración conlleva a un proceso de transferencia de soberanía en el que cada Estado delega poderes — no hay evasión — hay transferencia para un supra-estado y también para las instancias subnacionales a partir de la descentralización administrativa.”

A distância que separa política interna de política externa diminui. A política cultural interna vincula-se diretamente à política cultural externa, tanto no que diz à articulação que rege um determinado país como na vinculação a outros países que integram um mesmo bloco.

De acordo com Bobbio³⁷, a integração social refere-se à superação da distância entre elite e massas, entre governantes e governados. Enquanto as elites consideraram as massas como meio de sustentação e ampliação de poder, a situação tenderá a se agravar. Entretanto, a integração econômica, que gera para maior disponibilidade de recursos, pode diminuir as distâncias entre as classes sociais.

A política de integração, tomada sob estas três perspectivas, é um fenômeno global. A Europa assume a liderança deste processo. A integração das nações, de acordo com a tradição pluralista, que a considera algo extremamente dinâmico, ganha novos canais institucionais de diálogo e de cooperação entre os países que compõem o mesmo bloco. A busca do diálogo e do consenso foi fator indispensável para a formação da Comunidade Econômica Européia, atualmente União Européia. É o consenso também que orienta a consolidação do Mercosul.

Esta nova forma de pensar as relações internacionais substitui a política de conflito, até então dominante entre os países. A corrida armamentista cede lugar a um novo processo de cooperação internacional. Busca-se desenvolver as relações internacionais, de forma a promover

³⁷ BOBBIO, Norberto. Op. cit. P. 634.

o desenvolvimento global, enraizado no potencial criativo do homem.

2 - O fator cultural

A análise da globalização ressuscita a teoria do imperialismo cultural. Segundo Vilches³⁸, o imperialismo cultural pressupõe que os públicos ou os receptores das mídias sejam manipulados de tal forma que incorporem os modelos propostos nos conteúdos, programas e informações veiculadas. Uma verdadeira revolução erigiu um império global da comunicação, permeada pela velocidade com que se transmitem as informações entre as populações de todo o mundo. Busca-se então novas maneiras de promover relações culturais com outros países.

As nações, especialmente as desenvolvidas, utilizam-se intensamente do fator cultural nas atividades diplomáticas. As relações internacionais, sejam comerciais, de cooperação tecnológica e científica, política ou econômica, contam com a colaboração direta ou indireta da intervenção cultural. As relações culturais internacionais constituem um dos quatro pilares que compõem a atividade diplomática, ao lado das atividades econômicas, das militares ou de defesa e da política propriamente dita.

A influência do fator cultural, segundo Harvey³⁹, vem influenciando cada vez mais, e em três níveis, as relações internacionais. O primeiro nível de intervenção cultural refere-se ao

³⁸ VILCHES, Lorenzo. *Globalização comunicativa e efeitos culturais*. In: *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande, Editora Livre, 1997, p.79.

³⁹ HARVEY, Edwin R. *Relaciones culturales internacionales en Iberoamerica y el mundo- instituciones fundamentales*. Ed. Tecnos, p.19.

processo de democratização, que permite às populações adquirirem maior acesso aos bens culturais. O fator cultural, em tempo de globalização, também marca presença na interdependência das culturas nacionais e locais, promovendo a uniformização dos costumes, mas de forma ambígua: se de um lado provoca uma tendência à exaltação da identidade cultural das nações e das minorias, há por outro, o reconhecimento de uma civilização universal. O terceiro nível de influência provém do fato de os Estados procurarem projetar seus valores, suas idéias e tradições, de acordo com sua importância no cenário internacional.

Essas influências não são desprovidas de caráter político: são, antes de tudo, exercício de dominação política sobre áreas de interesse governamental. O caráter econômico das relações está vinculado à criação e expansão dos mercados externos. Cabe aqui ver como as relações comerciais são permeadas pela política cultural e vice-versa. Herz¹⁰ considera que as relações comerciais carregam consigo significações sociais, difundindo valores e padrões de comportamento, embora de forma mediatizada. Assim intui-se a relevância de projetos culturais na constituição da ordem internacional, e a dimensão cultural de programas de expansão econômica.

No que tange a análise da cultura nas relações internacionais, é necessário que este estudo se aprofunde na diferenciação de dois termos fundamentais, a diplomacia cultural e as relações culturais internacionais.

¹⁰ HERZ, Mônica. *Política cultural externa e atores transnacionais: o caso da Fundação Ford no Brasil*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado-PUC/RJ, 1989.

Segundo Ribeiro⁴¹, o universo da diplomacia cultural pode abranger os seguintes temas ou idéias, entre outros:

- a) intercâmbio de pessoas;
- b) promoção da arte e dos artistas;
- c) ensino da língua, como veículo de valores;
- d) distribuição integrada de material de divulgação;
- e) apoio a projetos de cooperação internacional;
- f) apoio a projetos de cooperação técnica;
- g) integração e reciprocidade na programação”.

A diplomacia cultural tem caráter limitado, funcionando basicamente em relação direta com a política externa em seus aspectos econômicos e políticos. As relações culturais internacionais estão ligadas à mutualidade e à cooperação, sendo então um conceito mais abrangente do que a diplomacia cultural. As relações culturais internacionais não são tão carregadas de intenções como a diplomacia cultural. Elas visam um processo de cooperação mútua onde existem, geralmente, beneficiados em ambos os lados.

⁴¹RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural-seu papel na política externa brasileira*. Brasília, Ed. Fundação de Pesquisa Alexandre Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais-IPRI, 1989,p. 21.

As relações culturais internacionais são realizadas visando aproximar povos e instituições em proveito comum. Quanto à diplomacia cultural, percebe-se que esta relação cultural seria utilizada para a consecução de determinados objetivos nacionais de natureza não somente cultural mas também política, comercial e econômica.

Outra das principais atividades envolvidas nas relações culturais internacionais e um outro objeto específico é a busca da paz entre as nações. Por mais que existam trocas comerciais entre os países, que se aumentem os processos de cooperação tecnológica e científica, e que os diplomatas e governantes estejam empenhados em definir estratégias para políticas externas que trilhem o caminho da paz, quase nada se equipara à presença das relações culturais internacionais na consecução deste objetivo mundial.

As relações culturais, especialmente entre nações, colaboram intensamente para a criação de uma forte atmosfera de entendimento entre diferentes países. A busca da paz passa por um processo lento que deve ser realizado incessantemente. Este processo é o de conhecimento da cultura, da formação cultural das nações, de quais são seus valores, e em que circunstâncias a paz se processa.

Uma outra interligação da cultura refere-se às relações bilaterais entre países. As relações culturais podem ser de grande ajuda no que tange a uma maior aproximação entre duas nações para a efetivação de negócios bilaterais.

Há uma dificuldade, entretanto, em se mostrar a relação entre eventos culturais e operações comerciais bem sucedidas, embora a difusão cultural permita reforçar junto a consumidores uma sensação de familiaridade com os produtos e serviços envolvidos nas relações

comerciais externas. Diz Ribeiro⁴² que, quando um país detentor de cultura rica e diversificada promove seus bens culturais, ele estará chamando a atenção para as suas qualificações em outras áreas de interesse, como a atividade comercial. Assim, a diplomacia cultural, ao lograr sucesso, facilita a consecução de objetivos políticos, econômicos ou de qualquer outra natureza.

O fator cultural constitui, pois, não só elemento complementar de política internacional, mas instrumento poderoso de execução de objetivos internacionais que sejam comuns à maioria dos países como a busca da paz e o incremento das relações comerciais. Northrop⁴³ enfatiza a investigação cultural como busca de conhecimento mais profundo da realidade de cada Estado, o que permitiria que as relações culturais internacionais deixassem de ser simples acessório de penetração política ou ideológica para transformarem-se em instrumento importante de cooperação internacional. De sua assimilação nasceriam as bases da política externa dos Estados.

Conclui-se que os objetivos da política cultural no exterior devem se constituir na projeção dos valores culturais nacionais com vistas não somente à consecução dos objetivos nacionais mas também ao aprimoramento das relações internacionais como um todo.

2.1 - França pioneira

O primeiro país a reconhecer a importância da cultura no desenvolvimento das relações diplomáticas foi a França, logo no início do século. Outros países seguiram seu exemplo, como a Grã-Bretanha, a Itália, os Estados Unidos, depois da I Guerra Mundial, e o Japão e a Alemanha.

⁴²RIBEIRO, Edgard Telles. Op. Cit. p.28.

⁴³NORTHROP, F.S.C., *The Taming of the Nations*. New York, The Macmillan Company, 1952. In: RIBEIRO, Edgard Telles. Op. cit. p.42.

depois da II Guerra. Mas a França, além de pioneira, foi, sem dúvida, a referência da política cultural do Brasil no exterior. Ao levar o ensino da língua francesa a todo o mundo, ampliou sua influência política em áreas consideradas estratégicas. No intuito de alastrar sua diplomacia cultural mundo afora, foi elaborado, em 1979, o Relatório Rigaud sobre as relações culturais no exterior.

O Relatório Rigaud define a estratégia francesa: rejeitar imposições culturais, diretas ou indiretas, centrando fogo nas relações de reciprocidade através do sistema de cooperação; buscar um público mais diversificado como alvo de seus eventos; tentar romper, através da pluralidade lingüística, o monopólio mundial da língua inglesa.

A liderança francesa na matéria é de tal ordem que há um estudo detalhado, feito antes do Relatório Rigaud, que direciona, inclusive geograficamente, a sua diplomacia cultural. Dollot⁴⁴ mostra-nos como tudo é cuidadosamente preparado: *“Le panorama des relations culturelles entre la France et l’ étranger peut être esquissé en partant d’abord du degré d’évolution des pays, secondairement de la nature des liens historiques et linguistiques qui les unissent à la France. Deux grandes aires culturelles apparaissent alors où la politique française revêt un caractère et s’appuie sur des principes différents: les pays de niveau culturel et économique comparable à celui de la France, les pays em voie de développement”*.

Além da política francesa de incentivo ao intercâmbio, proliferam os institutos culturais no exterior. A França canaliza hoje cerca de 50 a 60% do orçamento do Ministério das Relações

⁴⁴ DOLLOT, Louis. *Les relations culturelles internationales*. Paris, Ed. Presses Universitaires de France, 1968, p.51.

Exteriores para a finalidade de implementar programas culturais, científicos e técnicos.

De acordo com Ribeiro⁴⁵ “no Quai d’Orsay, o modesto Bureau des Écoles et des Oeuvres Françaises à l’Étranger, criado em 1910, deu origem ao poderoso departamento de Direção Geral para as Relações Culturais, Científicas e Técnicas, hoje responsável pela coordenação da política cultural externa da França.

Esse esforço é feito em estreita cooperação com os Ministérios da Educação, da Cultura, e das Comunicações, além de entidades como a Radio France Internationale (RFI), o Instituto Nacional de Audiovisual (INA), e o Intermedia. As ações de todas essas instituições repercutem no exterior graças ao entrosamento permanente com o Quai d’Orsay”.

No Brasil, o Itamaraty tem implementado alguns projetos culturais no exterior, como os acordos sobre a língua portuguesa, e algum intercâmbio com os Estados Unidos. A pobreza de nossa diplomacia cultural reflete uma máquina administrativa emperrada pela falta de recursos, e de planejamento, pela alta rotatividade de profissionais na coordenação das atividades, enfim pelo desinteresse, e o desconhecimento de nossa própria identidade cultural.

3 - A política cultural do Brasil no exterior

Após essas reflexões sobre a importância da efetivação de uma política oficial, que se detenha na difusão da cultura brasileira no exterior e que exerça papel relevante no processo de

⁴⁵ RIBEIRO, Edgard Telles. Op cit. p.55.

integração internacional, é necessário analisá-la mais detidamente sob o ponto de vista de política pública.

O Brasil não tem tradição em matéria de diplomacia cultural. Muito pouco foi feito na história mais recente do país no sentido de encaminhar programas culturais de cooperação mútua com o objetivo de ampliar as relações comerciais e impulsionar o desempenho das relações internacionais brasileiras. A documentação sobre o assunto apresentada pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Relações Exteriores não é suficiente para uma avaliação mais precisa da realidade da diplomacia cultural. É suficiente, entretanto, para avaliá-la como tímida, desestruturada, sem metas a atingir a médio e longo prazos. Embora um número razoável de ações culturais tenham sido executadas, elas não chegam a caracterizar a existência de uma política cultural externa. O que ainda impera no Itamaraty é o prestígio e a importância política dos postos diplomáticos, aos quais caberão verbas mais significativas

A diplomacia francesa poderia inspirar a ação cultural brasileira externa, já que seus referenciais — como a criação de institutos culturais mundo afora, o ensino do francês, a realização de numerosos eventos artísticos e o contingente extraordinário de estudantes estrangeiros no país — revelam determinação de objetivos, precisão de meios e a importância que o governo confere à sua política cultural externa como um todo.

No Brasil há, basicamente, duas instituições envolvidas com o assunto: o Ministério da Cultura e o Ministério das Relações Exteriores. No Ministério da Cultura há uma Secretaria de Intercâmbio e de Projetos Especiais, que se divide em duas coordenadorias: Coordenadoria de

Intercâmbio e Coordenadoria de Projetos Especiais. Todas as suas ações culturais no exterior são desenvolvidas por esta Secretaria, com o apoio das instituições vinculadas como a Fundação Nacional de Arte (Funarte).

O Ministério das Relações Exteriores mantém duas seções encarregadas deste setor: o Departamento Cultural e a Assessoria de Comunicação Social. Sem esquecer que a Divisão Mercosul do Itamaraty vem participando de ações culturais que envolvam os países-membros da entidade.

O Departamento Cultural do Itamaraty está subdividido na Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), a Divisão de Programas de Difusão Cultural (DPDC) e a Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais (DAMC).

Os dois principais conjuntos de ações encaminhados pelo Ministério das Relações Exteriores tratam, de um lado, da manutenção dos Institutos Culturais bilaterais e os Centros de Estudos Brasileiros, e, do outro, do envio de recursos para eventos culturais promovidos por postos diplomáticos. Há ainda atividades desenvolvidas através de acordos bilaterais, e com organismos internacionais como a Unesco. Na Assessoria de Comunicação Social do Ministério há um setor cultural encarregado de promover o país no exterior.

3.1 - Roteiro operacional do Itamaraty

A operacionalização do processo de promoção da cultura brasileira no exterior pelo Itamaraty inicia-se na Divisão de Programas de Difusão Cultural (DPDC), cuja principal função é o recebimento dos projetos que embaixadas e consulados tenham interesse de concretizar, e supervisionar as atividades da rede dos centros e institutos culturais vinculados aos postos diplomáticos.

A DPDC executa a programação cultural do Ministério, juntamente com a Divisão de Operações de Difusão Cultural — esta encarregada da seleção de artistas e da organização e gerenciamento do banco de dados sobre produtores e promotores culturais do Brasil no exterior, isto é, das providências práticas dos eventos programados, e também as atividades das chamadas Comissões Mistas, cujo objetivo principal é o de implementar a programação cultural entre dois países. A execução financeira dos projetos fica a cargo da DPDC.

O primeiro passo da Divisão de Programas é enviar formulários para todos os postos com propostas de eventos a serem realizados no ano corrente. Estes, por sua vez, têm autonomia para decidir a sua agenda cultural: festival de cinema, mesa redonda sobre literatura, edição de revista sobre cultura brasileira. A autonomia da ação cultural das sedes diplomáticas é uma diretriz importante a ser observada, uma vez que os funcionários são as pessoas mais capazes a avaliar o grau de interesse que as atividades programadas podem despertar no país em que atuam.

Como o orçamento das divisões culturais do Itamaraty é apertado, há uma seleção rígida

de projetos. Mais do que a sua importância em si, pesa a importância do país a que eles se destinam

Para a execução da programação cultural, são relacionados todos os gastos com passagens, com aluguel de salas, cachês de artistas, publicidade etc. Cada posto faz sua proposta orçamentária e a envia para a Divisão de Programas de Difusão Cultural. De posse do conjunto das propostas, o Ministério da Cultura, o Itamaraty e, eventualmente, entidades que estejam envolvidas no processo de discussão, reúnem-se durante duas ou três semanas, para analisá-los.

Os projetos são aprovados de acordo com dois fatores: a importância do país a que se destina o evento cultural para os interesses brasileiros e o poder e o prestígio do embaixador ou cônsul que faz a proposta. O custo dos projetos também é levado em conta. Mas o desinteresse de algumas sedes diplomáticas pelas questões culturais pode ser tão grande que não é raro que seus adidos culturais desconheçam projetos e acordos importantes em andamento.

Aprovados os projetos, buscam-se os órgãos de financiamento, normalmente a cargo do Itamaraty, eventualmente, do Ministério da Cultura e, raramente, do Ministério da Educação. No Itamaraty duas seções estão habilitadas a cobrir despesas: o Departamento Cultural e a Assessoria de Comunicação Social.

3.2 - Autonomia dos Centros de Estudos Brasileiros

Os Centros de Estudos Brasileiros no exterior estão se transformando em institutos bilaterais de cultura. A diferença básica entre as duas instituições é que os centros de estudos são dependentes dos postos diplomáticos e os institutos não estão vinculados a eles.

Os institutos são entidades de direito privado sem fins lucrativos, subordinados à legislação do país-sede, e cuja missão é divulgar a cultura brasileira. O processo de sua implantação é lento, visto que, por ser uma experiência nova, tudo é formulado à medida que os institutos vão se desenvolvendo. Alguns destes centros estão em processo adiantado de desestatização, como os institutos sediados em Buenos Aires, Bogotá, Caracas e Manágua. A desestatização dos centros visa diminuir sensivelmente os custos com os quais o governo brasileiro arca para mantê-los: a despesa anual no setor é de cerca de US\$ 2 milhões.

Uma vez privatizados, isto é, não podendo mais contar com a ajuda dos postos diplomáticos, os institutos ficam obrigados ao autofinanciamento, o que não quer dizer que — embora suas atividades possam ser distintas das promovidas pelas embaixadas e consulados — eles não possam agir conjuntamente. A parceria com empresas brasileiras ou locais tem sido o sistema mais procurado.

Como a idéia não é uniformizar a organização nem o gerenciamento dos institutos, visto que a diversidade da legislação e a experiência própria de cada uma dessas instituições podem exigir estruturas e objetivos diferenciados, o processo de transformação dos Centros de Estudos Brasileiros em Institutos vem se caracterizando pela dispersão de metodologia e a ausência de diretrizes mais específicas.

Ressalta-se ainda que os centros de estudos dos países-membros do Mercosul têm maiores possibilidades de virarem mais rapidamente organizações atuantes porque a demanda por cursos de português nunca foi tão grande, em virtude das possibilidades de negócios e intercâmbio decorrentes da aprendizagem da língua portuguesa o interesse sul-americano volta-se também

para a literatura e a história do Brasil.

3.3 - Os bombeiros da cultura

A primeira dificuldade da política cultural brasileira no exterior refere-se às relações entre os Ministérios e organismos envolvidos. O desencontro de informações muitas vezes gera duplicidade de ação, e a ausência de comunicação entre as numerosas instituições participantes do processo, tende a agravar os problemas, na medida em que o fator cultural começa a tornar-se elemento indispensável para o exercício de uma diplomacia afinada com os novos tempos.

O Itamaraty é a instituição com maior poder nesta área, porque tem a possibilidade de trabalhar a questão cultural através dos postos diplomáticos, que formam uma rede poderosa para o fomento de ações no exterior. Já a estrutura do Ministério da Cultura, voltada para este campo, está bem aquém do desejável.

Por enquanto a orientação para a divulgação de nossa cultura obedece a normas pragmáticas da política de “apagar incêndios”. E nossos “bombeiros” culturais carecem de metas consolidadas com justificativas plausíveis e embasadas: faltam-lhes também metas específicas. Tudo se resume a objetivos gerais e abstratos.

O novo conceito de soberania ajuda no entendimento das relações internacionais modernas, inclusive as culturais. Segundo Alvarez⁴⁶ “*la integración implica un proceso donde tiene lugar una nueva distribución del ejercicio de la soberanía*”. Assim a busca de um processo

⁴⁶ ALVAREZ, Gabriel Omar. Op. cit., p.47.

de integração regional implica, antes de mais nada, numa política de intercâmbio e de reciprocidade de informações e de técnicas. Implica também que cada país deve desenvolver sua política cultural levando em conta as políticas culturais dos países que estejam envolvidos num determinado processo de integração regional. Desta forma, além de uma conseqüente mudança na distribuição do exercício da soberania, haverá uma tendência de incremento e de refinamento das respectivas políticas culturais. Políticas estas que devem mesclar em sua formulação aspectos importantes como razão, intuição e técnica.

Atualmente o Itamaraty e o Ministério da Cultura, encarregados da divulgação da cultura brasileira, não dispõem de uma política cultural consolidada capaz de transformar suas atividades em elementos de uma estratégia de médio e longo prazo, que participe, intervenha e contribua efetivamente para a realização dos objetivos traçados pela diplomacia brasileira. Uma política cultural que acompanhe as transformações, que pense o futuro.

3.4 - A realidade confrontada com a teoria

A concepção e gestão de políticas culturais para o exterior não foge às fases de uma política pública, em geral, a saber: elaboração, formulação, implementação, execução e avaliação.

Num primeiro momento, ou seja, o da elaboração da política, levantam-se os assuntos que deverão compor as análises. Prioridades são definidas e alternativas são construídas para solução de problemas. A Divisão de Programas de Difusão Cultural do Itamaraty, se analisada deste

ponto de vista, monta a sua programação anual na base dos projetos enviados pelos postos diplomáticos, que tem ampla autonomia de escolha. Este processo de descentralização concorre para o sucesso na execução de programas, uma vez que as sedes diplomáticas têm maior sensibilidade para captar o que é mais interessante para o público local a que se destinam as programações.

Na construção de agenda do Itamaraty a definição de prioridades geográficas abrange as seguintes regiões: América do Sul — especialmente os países do Mercosul — Estados Unidos e Europa Ocidental, sem esquecer a ênfase que o instituto confere ao relacionamento cultural com os países de língua portuguesa. Este já foi mais intenso na época do governo Itamar Franco.

As prioridades da programação cultural não obedecem a critérios definidos com clareza pelo Itamaraty. Há, sim, uma preocupação com a qualidade dos projetos, com o sucesso que eles possam vir a fazer, com o seu detalhamento, e com os custos — devido ao orçamento limitado da área cultural. Força maior é conferida àqueles projetos destinados a países de relevância estratégica para o governo brasileiro.

Um fator importante deve ser levado em consideração nesta fase de elaboração da agenda. Segundo Subirats⁴⁷, trata-se de estabelecer os fatores externos que influenciam a definição de prioridades, assim como os prazos de execução dos programas, especialmente a pressão política. É por isso que, os representantes diplomáticos que detêm maior poder obtêm recursos mais expressivos e serão, eles mesmos, considerados “prioridades”.

Os grupos de pressão formados por empresas privadas também atuam no sentido de tentar

⁴⁷ SUBIRATS, Joan Op. cit., p.54.

orientar a agenda, canalizando os projetos de divulgação da cultura brasileira para os países onde pretendem abrir mercados para seus produtos.

No Ministério da Cultura as dificuldades de elaboração da política são praticamente as mesmas encontradas no Itamaraty, com um agravante: sua disponibilidade de recursos, que é ainda menor, orienta a programação internacional para projetos de cunho eminentemente publicitário, o que é muito pouco para que uma política cultural no exterior se processe de maneira efetiva.

A segunda fase de criação de uma política pública é a da formulação, tão importante quanto a que define o processo de implementação: elas são interdependentes. É no momento da formulação que se estuda com profundidade as alternativas escolhidas na fase anterior. É necessário ainda, explicitar oficialmente a decisão adotada, definindo seus objetivos e seus marcos jurídico, administrativo e financeiro.

Confrontada esta fase com a realidade brasileira, constata-se que a definição de alternativas não segue as metodologias administrativas consagradas, ou mesmo qualquer tipo de método. Utiliza-se apenas a intuição para trabalhar na melhoria da imagem do Brasil no exterior, para assim criar um clima favorável às relações comerciais e/ou diplomáticas.

Além disso, observa-se, ainda nesta fase, que as informações e fatos são menos importantes do que a versão dada a eles pelos *lobbies* mais influentes e com maior poder de fazer valer seus interesses no processo de seleção de metas.

A terceira fase, implementação de política, consiste na planificação e execução dos objetivos traçados e a obtenção dos resultados desejados. Ela pode ser vista sob dois momentos: o

primeiro dedicado ao planejamento das ações e o outro, o da realização propriamente dita destas ações. Uma das maiores dificuldades constatadas nesta fase reside no fato de que nem sempre o que é implementado corresponde ao que foi formulado, dado que, no percurso entre uma fase e outra, pequenas e contínuas distorções vão desfigurando o projeto original.

Isto sem falar nos “imprevistos” de última hora que, por motivos justos ou não, resultam em quebra de contrato, às vezes dispendiosa para as instituições promotoras dos eventos culturais. É necessário pois, estabelecer sanções para aqueles que, por motivos não justificados, impedem o cumprimento de acordos firmados. No meio diplomático ninguém esquece do caso do pianista brasileiro, contratado por uma embaixada, que constatou, pouco antes do recital, que o piano disponível para a apresentação nunca tinha sido afinado.

A quarta e última fase de uma política pública é a da avaliação. Sobre ela pouco há a dizer, uma vez que dimensionar resultados é um processo complexo e subjetivo. O fato é que, apesar das sérias limitações demonstradas, as atividades culturais brasileiras no exterior têm se intensificado nos últimos tempos. Isto porque, embora as estratégias de ação cultural possam variar de acordo com as preferências locais, uma certeza começa a fazer parte da cultura dos promotores culturais no exterior: eventos bem sucedidos costumam despertar um interesse mais amplo pelo país que os promove, o que pode desembocar, eventualmente, na viabilização de acordos comerciais, turísticos, econômicos e políticos. Ou seja, uma eficiente política cultural no exterior amplia a capacidade diplomática de um país na medida em que abre caminho, constrói pontes, cria acessos para áreas internacionais de interesse relevante para o desenvolvimento nacional.

3.5 - O modelo de Dror aplicado

Uma política cultural pode ser considerada como sendo um conjunto articulado de projetos, programas, recursos e instituições a partir da iniciativa do Estado. A mesma definição pode ser utilizada no que diz respeito à política cultural do Brasil no exterior, sendo que ela tem como objeto difundir a cultura brasileira no exterior. Mostrar o que foi e o que é o Brasil. Neste sentido buscou-se desenvolver também, um estudo desta política sob a ótica do modelo ótimo normativo de Dror. Pode-se afirmar em primeiro lugar que o Brasil não conta com uma política cultural propriamente dita de difusão da cultura brasileira no exterior. Existem ações culturais esparsas, mas que não atingem um grau que possa ser entendido como política.

Cabe então examinar como que, sob a ótica do modelo ótimo normativo de Dror, pode-se vislumbrar a existência de " vazios" entre as ações culturais do Brasil no exterior. Existem problemas na clarificação de objetivos, na identificação de novas alternativas, de uma maior integração entre as ações, de uma visualização dos efeitos, no equilíbrio entre razão e intuição no que diz respeito ao processo de tomada de decisão, falta de discussão entre os órgãos responsáveis e carência de debates para a busca de um consenso de novas alternativas. Um forte ponto positivo é o de que os responsáveis pela decisão tomam as decisões a partir de um aprendizado sistematizado a partir da experiência. Isto é muito benéfico visto que, como bem salientou Dror, esta atitude propiciará um incremento motivacional da iniciativa e da criatividade.

Na análise do processo de tomada de decisão, a aplicação do modelo ótimo normativo de Dror tem forte possibilidade de ser bem sucedida. Este modelo cria duas conjunções importantes

na administração de políticas públicas: de um lado une razão e sensibilidade, de outro, teoria e prática.

As qualidades do modelo de Dror permitem a clarificação dos valores, dos objetivos e dos critérios de decisão. No processo de análise de uma política cultural brasileira no exterior o padrão de Dror é indispensável: seus elementos são dinâmicos tanto para a definição de objetivos como para a sua execução mais adequada. Mas a teoria de Dror é desconhecida dos responsáveis pela implementação de projetos culturais, especialmente no que diz respeito à formulação e execução de objetivos específicos.

Isto ocorre principalmente porque não existe uma real preocupação em se estabelecer as bases de uma política cultural no país, nem em âmbito interno, nem tampouco para difundir a cultura brasileira no exterior. Se existisse a preocupação por parte do governo brasileiro em apoiar estas políticas, os responsáveis pelo processo decisório na área cultural, seja ela interna ou com vistas à difusão da cultura brasileira no exterior, seguiriam alguns direcionamentos teóricos e se embasariam em modelos que levariam ao objetivo pretendido.

As normas de Dror referentes à identificação de alternativas são importantes para o refinamento dos objetivos que se quer alcançar, assim como a política de consenso, por ele defendida, para a avaliação dos benefícios que inovações podem acarretar. As ações culturais no exterior carecem de uma maior busca de inovação. As ações desenvolvidas seguem uma rotina que impedem a realização, por exemplo, de eventos inéditos especialmente nos países que mantém uma maior relação política e comercial com o Brasil.

Salienta-se, entretanto, que está ocorrendo atualmente nesta área o estabelecimento de um

grande acordo internacional – Mercosul Cultural. Este acordo propiciará uma renovação de determinados aspectos das ações empreendidas pelo governo brasileiro para levar a identidade cultural brasileira para outros países.

A busca de unidade e do trabalho conjuntos completam as características mais marcantes do método de Dror, que não deve, entretanto, ser sinônimo de camisa de força, mas ser considerado como um modelo que antecipa problemas e prevê soluções para eles. O equilíbrio entre razão e intuição, entre teoria e experiência não parece sensibilizar os responsáveis pela formulação e difusão da cultura brasileira no exterior: o pragmatismo e o imediatismo continuam a ser a tônica oficial sobre o assunto.

Pode-se concluir que a utilização do modelo de Dror como parâmetro para nosso estudo, é interessante porque incrementa a análise do processo de tomada de decisões, por meio de um aprendizado sistemático, a partir da experiência, motivando iniciativa e criatividade, elementos que se integram com naturalidade aos temas de natureza cultural.

4 - O Mercosul Cultural

4.1 - A construção do Mercado Comum do Sul

O Mercado Comum do Sul é um processo de integração econômica internacional, que envolve, até o momento, quatro países da América do Sul. Além do Brasil, assinaram o Tratado de Assunção, em 1991, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Apesar de ser uma criação recente, o Mercosul já começa a dar frutos, aumentando as relações comerciais entre os países-membros. É um processo histórico de unidade, aparentemente irreversível.

O Mercosul visa a constituição de um território econômico comum no Cone Sul da América Latina, e nasceu de um prolongamento das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, que aumentou nas últimas décadas e que veio, por fim, a estender-se aos países vizinhos Paraguai e Uruguai. A regionalização da economia não elimina a viabilidade de acordos bilaterais, que continuam a ser firmados. Dois pactos latino-americanos anteciparam a fundação do Mercosul: a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc) e a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi).

A Alalc surgiu em 1960, mas não foi muito bem-sucedida: os países-membros viviam o apogeu do desenvolvimento industrial e a política de substituição de importações, com o conseqüente fortalecimento das indústrias nacionais, opunha-se à própria idéia de ampliação de um mercado comum dos países em desenvolvimento, uma vez que estes temiam que a diminuição de taxas e tarifas pudesse inviabilizar o crescimento de seus parques industriais. Esta

posição cautelosa e rígida cedeu lugar a uma maior flexibilidade de tarifas com a criação da Aladi, que teve a seu favor o processo de redemocratização e diversificação industrial no continente: o primeiro fator conferiu maior legitimidade ao tratado e o segundo tratou de ampliar os mercados para a comercialização de produtos.

O Mercosul vem atraindo e envolvendo ativamente muitas pessoas e empresas para a sua proposta e buscando incessantemente novas fontes de negócios. Mantém relações com outros mercados em vias de integração, inclusive com a Comunidade Econômica Européia. Sua situação atual é a seguinte: em 1995, o intercâmbio comercial entre os quatro países que o compõem não chegava a US\$ 2 bilhões; em 1997, esta cifra subiu para US\$ 15 bilhões. Vale ressaltar ainda que o comércio no interior do bloco representa 22% do comércio total de seus membros, enquanto, em 1992 atingia pouco mais de 14%.

Isto significa que o Mercosul começa a tornar-se uma importante opção de política externa, constituindo uma eficiente estratégia de inserção no mercado internacional: quando um país está integrado num contexto regional, a eficácia nos negócios com outras nações amplia-se consideravelmente. Neste primeiro momento, pois, se torna importante implementar uma política cultural no exterior que possa auxiliar o processo de integração internacional e, mais adiante, preservar a identidade brasileira na região.

No sistema de consenso adotado pelo Mercosul, os órgãos que compõem o acordo são instituições intergovernamentais e não supranacionais. A diferença entre estes dois sistemas é que, no primeiro caso, as negociações são acertadas por funcionários dos próprios governos e não por funcionários próprios do acordo, como ocorre no sistema supranacional. No caso da União

Européia. por exemplo. as decisões são tomadas por um sistema misto. que engloba tanto instituições intergovernamentais quanto supranacionais. No Mercosul as decisões são tomadas por consenso e nenhuma resolução pode ser encaminhada sem a aprovação de todos os seus integrantes.

A busca do consenso possibilitou a elaboração do Protocolo de Ouro Preto. em dezembro de 1994. De acordo com o que foi assinado nessa data. o Mercosul passou a ser dotado de personalidade jurídica própria. o que o habilita a negociar acordos com outros países e outros mercados comuns. Na reunião que firmou o Protocolo de Ouro Preto criou-se a estrutura institucional do Mercosul. assim definida:

a) Conselho do Mercado Comum. o mais importante órgão político. É formado pelos Ministros da Economia e das Relações Exteriores. que são os responsáveis pela condução política da integração:

b) Grupo Mercado Comum. o mais importante órgão de implementação das decisões envolvidas no processo:

c) Comissão de Comércio: visa administrar os instrumentos de política comercial:

d) Comissão Parlamentar Conjunta: visa acelerar as questões legislativas em cada um dos quatro países:

e) Reunião de Ministros: visa a coordenação de políticas em áreas específicas entre os ministros dos países-membros;

f) Subgrupos de Trabalho: visam assessorar tecnicamente o grupo Mercado Comum:

g) Reuniões Especializadas: são organicamente semelhantes aos Subgrupos de Trabalho.

mas com maior flexibilidade de ação.

O Mercosul caminha a passos firmes, e a integração econômica da região do Cone Sul não ocorre seguindo o enfoque clássico que determina o cumprimento de etapas sucessivas: a política predominante reflete o pragmatismo combinado com flexibilidade.

Se o acordo é promissor para o desenvolvimento de cada um dos países-membros, assim como para a região considerada globalmente, é necessário criar mecanismos que facilitem a realização de acordos de cooperação científica e de promoção cultural que digam respeito às tradições e valores dos países envolvidos. Esta compreensão do modo de ver de outras nações pode ser determinante para o processo de integração internacional. No momento em que se trabalha o universo das culturas envolvidas no processo de integração, a busca do consenso para solução de controvérsias cria um ambiente favorável ao trabalho diplomático.

É interessante notar ainda como o processo de tomada de decisão torna-se mais importante no âmbito da política interna, quando existem outros países que poderão arcar com as conseqüências, positivas ou negativas, dessa decisão. No setor cultural, não é diferente: eventos culturais que integram os países do Mercosul podem beneficiar-se de leis de incentivo fiscal de outros países, como aconteceu, recentemente, na Bienal de Artes do Mercosul.

Conclui-se, numa perspectiva mais ampla, que o Mercosul representa a primeira etapa de um processo de integração internacional mais abrangente. Entretanto, este processo deve ser feito de maneira gradual e cautelosa, antes de inserção maior por parte do Brasil e de outros países-membros do Mercosul na economia mundial.

4.2 - Da Reunião Especializada à Reunião de Ministros

4.2.1 - Definição e estrutura

O Mercosul Cultural é um processo de integração cultural entre os países que compõem o Mercado Comum do Sul. O acordo, depois de alguns debates, foi ratificado pelo Protocolo de Integração Cultural do Mercosul - Decisão 11/96.

Sua linha de ação segue o mesmo direcionamento do sistema de cooperação no exterior promovido pelos Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores em acordos bilaterais, embora haja uma diferença entre estes pactos e aqueles firmados no âmbito do Mercosul. Estes são de concretização bem mais complexa, dada a novidade que a regionalização ainda representa e pelo fato de envolver um número maior de países.

O Mercosul prevê um conjunto de medidas destinadas a fomentar o intercâmbio cultural entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Devido à importância comprovada do processo de integração cultural para o desenvolvimento do Mercosul, a temática referente à cultura assume espaço privilegiado dentro da estrutura. Um índice claro da necessidade de união é o aumento da demanda de cursos de português nos outros países signatários. Na Argentina, por exemplo, a procura da aprendizagem da língua portuguesa já é superior à registrada pelos cursos de francês.

A estrutura atual do Mercosul Cultural está formada pela Reunião de Ministros com uma Coordenação Geral, um Comitê Coordenador Geral e quatro Comissões Técnicas a ele subordinadas. As Comissões Técnicas são as seguintes:

- 1 - Comissão Técnica de Patrimônio Histórico:
- 2 - Comissão Técnica de Indústria Cultural:
- 3 - Comissão Técnica de Informações:
- 4 - Comissão Técnica de Capacitação de Recursos Humanos.

O Mercosul Cultural se implementa através dos esforços realizados pelo principal órgão de cultura de cada um dos países-membros. No caso brasileiro, esta função cabe ao Ministério da Cultura; na Argentina, à Subsecretaria de Cultura da Nação; no Paraguai, ao Vice-Ministério de Cultura, e no Uruguai, ao Ministério da Educação e Cultura.

4.2.2 - O processo de implementação

Antes de nos determos no estudo da evolução ocorrida desde a primeira reunião especializada, primeira etapa do processo de discussão do Mercosul Cultural, até a assinatura do Protocolo de Integração Cultural, em Fortaleza, no final de 1996, devemos buscar em Saravia¹⁸ uma visão global dos pontos importantes para a implementação do Mercosul Cultural. São eles:

a) compatibilização das legislações nacionais para permitir a livre circulação de bens e serviços culturais da região.

Desde 1988 há um acordo firmado entre alguns países latino-americanos no sentido de fundar um mercado comum de bens e serviços culturais. Este acordo facilitaria maior intercâmbio de obras e bens culturais. Com a aplicação deste acordo, problemas e obstáculos, que

¹⁸ SARAVIA, Enrique. *El Mercosur Cultural : una agenda para el futuro*. In: RECONDO Gregório (comp.). *Mercosur: la dimensión cultural de la integración*. Buenos Aires, Ciccus, 1997.

ocorrem normalmente quando da realização de eventos, seriam mais facilmente contornados ou pelo menos minimizados. Mas as autoridades desconhecem este acordo, especialmente os funcionários das alfândegas dos países signatários.

O Mercosul, entretanto, acaba de criar um selo para aumentar a segurança dos bens transportados, assim como para agilizar o processo como um todo, substituindo, em parte, o pacto anteriormente assinado.

b) adoção de uma legislação interna de incentivo à cultura em cada um dos países-membros.

c) utilização dos meios de comunicação de massa para difundir a cultura dos países-membros.

d) ação harmônica no campo das indústrias culturais da região, isto é, o mercado de arte, o turismo cultural, a indústria do espetáculo ao vivo, a indústria editorial, a indústria fonográfica, a indústria cinematográfica, a radiodifusão e a televisão.

e) defesa, recuperação e proteção de bens culturais e do patrimônio histórico e cultural da região.

f) empreendimentos conjuntos nas diversas áreas culturais:

g) realização de inventários e registros de bens móveis integrantes do patrimônio cultural nacional:

h) formação de administradores culturais e de profissionais e técnicos das diversas áreas

da cultura:

i) ensino e divulgação das culturas nacionais nos estabelecimentos educacionais dos quatro países:

j) coordenação das posições dos países nos foros culturais internacionais:

k) criação de unidades administrativas dedicadas aos assuntos do Mercosul nos respectivos Ministérios e Secretarias de Cultura e Ministérios das Relações Exteriores:

l) incentivo ao turismo cultural:

m) interconexão informatizada de bibliotecas, especialmente de Bibliotecas Nacionais;

n) organização de um espaço cultural comum sobre obras de arte originadas nos demais países-membros existentes em coleções públicas e privadas de cada país:

o) publicação da lista de entidades culturais de cada país:

p) criação de um banco de dados culturais da região:

q) publicação de um calendário único de efemérides culturais dos países da região:

r) promoção de um fundo editorial do Mercosul:

s) harmonização das legislações nacionais sobre direitos do autor.

4.2.3 - A I Reunião Especializada de Cultura

A I Reunião Especializada de Cultura do Mercosul foi realizada, em Buenos Aires, em 13 e 14 de março de 1995. Numerosas tentativas nesse sentido feitas anteriormente fracassaram por motivos diversos. Apesar de não ter sido considerada reunião de Ministros, o encontro estava imbuído do otimismo de seus participantes. O principal objetivo estava claro para todos: que o incremento do processo de difusão da cultura no exterior, entre os quatro países, para aumentar o intercâmbio entre eles.

O Brasil apresentou um conjunto de medidas a serem debatidas. A primeira delas referia-se à livre circulação de bens e serviços culturais na região do Cone Sul, com o objetivo de promover a simplificação dos procedimentos burocráticos que impedem a livre circulação de seus bens e serviços entre os países envolvidos. Tratava-se primeiro de definir o caráter de bem cultural, o que é há muito reivindicado pelas alfândegas da região.

Mas como defini-lo? O conceito mais aproximado, embora distinto, de bem cultural é produto cultural.

Coelho⁴⁹ propõe uma definição que poderia ser utilizada pelos tratados de integração econômica e cultural: "Produtos culturais seriam aqueles que expressam idéias, valores, atitudes e criatividade artística e que oferecem entretenimento, informação ou análise sobre o presente, o passado (historiografia), o futuro (prospectiva, cálculo de probabilidade, intuição), quer tenham origem popular (artesanato), que se tratem de produtos massivos (discos de música popular,

⁴⁹ COELHO, Teixeira. Op. cit., p.318.

jornais, histórias em quadrinhos), quer circulem por público mais limitado (livros de poesia, discos e CD's de música erudita, pinturas). Embora desta definição participem conceitos vagos, como idéias e criatividade artística, ela exprime um consenso sobre a natureza dos produtos culturais”.

O Ministério da Cultura tentou elaborar um lista definitiva de bens culturais, mas a sua versão preliminar foi rejeitada em 1993 por problemas técnicos.

O segundo tema sugerido pelo Brasil foi a adoção de uma legislação de incentivo à cultura, já que a legislação brasileira para o setor é considerada, entre os países do Mercosul, a mais avançada.

Outros temas propostos pela delegação brasileira foram:

- o uso dos meios de comunicação de massa para veicular a cultura dos países integrantes do Mercosul:

- a realização de empreendimentos culturais conjuntos:

- o levantamento cultural comum, ou seja, o levantamento de obras de arte em cada país oriundas dos demais países do Mercosul, envolvendo inclusive a criação de um banco de dados culturais:

- o estudo da possibilidade de harmonização e compatibilização das legislações nacionais sobre direitos autorais, tendo em vista a melhor proteção destes direitos.

A I Reunião abordou enfim outros temas, tais como: a circulação de bens oriundos da indústria cultural, a preservação do patrimônio, a configuração de redes de informação, a

formação e intercâmbio de recursos humanos, e a realização de eventos culturais entre os países-membros. No campo da indústria fonográfica foram analisados os custos de produção de forma a viabilizar um programa de gravações. Fez-se propostas sobre a distribuição de filmes produzidos na região do Cone Sul e sobre sua exibição por TV a cabo.

Na área do patrimônio histórico ressaltou-se o intercâmbio dos processos de pesquisa e documentação, com a possibilidade de criação de um centro de estudos em São Miguel das Missões. A organização de um sistema de informação também constou da pauta e aventou-se a hipótese de vincular as instituições culturais a redes de informações.

O encontro merece observações positivas: a primeira delas é o estabelecimento de um clima de harmonia entre os países participantes, que beneficia a política do consenso — estratégia primeira para o direcionamento dos trabalhos não só do Mercosul Cultural mas de todo o processo de integração.

Florêncio⁵⁰ mostra dois benefícios da utilização do consenso: “Primeiramente porque com o consenso todos se sentem mais seguros: cada país sabe que nada poderá ser resolvido à sua revelia. Segundo porque, quando se chega a uma decisão por consenso, todos estão com ela comprometidos. O consenso proporciona maior solidez ao processo. Na prática, o consenso gera o esforço conjunto dos quatro países para encontrar soluções que permitam superar os impasses atendendo aos interesses de todos. O consenso exige criatividade negociadora.”

Um destaque desta reunião é a sensibilidade demonstrada pelos participantes da Reunião

⁵⁰ FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima e ARAÚJO, Ernesto Enrique Fraga. *Mercosul hoje*. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1995, p.70.

sobre a importância de se organizar uma reunião de trabalho para desenvolver ações de incentivo à cultura popular. A realização de festas e eventos nacionais seria considerada instrumento fundamental para o conhecimento mútuo entre as nações.

Embora o encontro tenha mostrado preocupação em debater assuntos referentes a todas as áreas culturais, não se tratou, entretanto, de sistematizar formulações para a construção de uma política cultural do Mercosul.

4.2.4 - Preparação da Reunião de Ministros

Em 2 de agosto de 1995 foi realizada, em Assunção, a II Reunião Especializada de Cultura do Mercosul. Nos dias prévios (31 de julho, 1 e 2 de agosto), tinha se realizado um encontro técnico de negociação. Nesse período foi aprovado um conjunto de medidas para intensificar o processo de concretização do Mercosul, transformando a Reunião Especializada em Reunião de Ministros. Durante o encontro técnico, chegou-se a um conjunto de recomendações que, posteriormente, foram assinadas pelas autoridades dos quatro países presentes.

Algumas dentre essas medidas devem ser citadas. A primeira, já discutida na reunião de Buenos Aires, trata de intensificar o desenvolvimento e a cooperação em torno do projeto *Missões Jesuíticas, caminho da integração*, destinada a fomentar o turismo na região. As propostas relativas à capacitação na área de recursos humanos e ao processo de intercâmbio entre os países perderam-se nas discussões, embora muitos pronunciamentos tenham sido feitos a favor

da idéia.

A adoção de um logotipo para o Mercosul Cultural foi um tema discutido, já que a marca do Mercosul facilitaria a identificação e fiscalização dos bens culturais integrantes de projetos autorizados. O logotipo foi escolhido, oficializado e já está sendo utilizado. Outras decisões tomadas nesta reunião foram as seguintes:

- implementar os mecanismos técnicos que possibilitem a compatibilização das redes informatizadas das respectivas Bibliotecas Nacionais e Centros de Documentação:

- criar ações conjuntas com as áreas de meio ambiente e de turismo;

- declarar ao idioma guaraní, língua histórica do Mercosul;

- estabelecer um calendário conjunto de eventos culturais;

- reestruturar a Reunião Especializada, ou futura Reunião de Ministros, em quatro Comissões Técnicas e um Comitê Coordenador Geral composto por representantes dos quatro países.

A principal missão deste Comitê, criado depois da II Reunião, é a de coordenar as ações das diferentes Comissões Técnicas e relacionar-se com órgãos de cooperação cultural para obter financiamentos de programas do Mercosul.

Uma das principais reivindicações dos delegados do encontro — a transformação da Reunião Especializada em Reunião de Ministros — foi aprovada. A primeira Reunião de Ministros realizou-se na cidade de Canela, Rio Grande do Sul, nos dias 2, 3 e 4 de fevereiro de 1996.

4.2.5 - As primeiras providências

Na primeira Reunião de Ministros foi aprovada uma programação de atividades a ser desenvolvida no âmbito do Mercosul. Entre as medidas adotadas está a determinação da presença conjunta dos países-membros nos eventos realizados fora da área do Cone Sul. Esta medida se baseia na consideração de que é para a imagem do Mercosul mostrar que seus países-membros estão efetivamente empenhados em agir como um bloco na busca da integração econômica e cultural.

Na área de intercâmbio de edições, ficou decidido que o Brasil seria responsável pela edição de alguns livros argentinos enquanto que a Argentina funcionaria como co-editora de publicações brasileiras. Para os talentos literários foram criados dois prêmios: um destinado a escritor já consagrado, e outro, a escritor revelação. Cite-se ainda a proposta de estímulo ao funcionamento da Casa da Cultura do Mercosul em Colonia, Uruguai, e de instituições similares.

Ressalta-se também que a I Reunião de Ministros propôs a criação de um Foro Cultural, cujo principal objetivo seria a articulação entre o setor privado e o setor público no desenvolvimento da política cultural conjunta dos quatro países, de acordo com os mecanismos definidos pelas delegações presentes ao encontro. As principais tarefas deste grupo seriam: ser receptor das demandas e inquietudes dos diversos setores; ser veículo de consultas sobre políticas culturais; ser receptor de propostas de ação e projetos culturais específicos.

4.2.6 - O Protocolo da Integração Cultural

A II Reunião de Ministros ocorreu em Brasília nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 1996. Foram tratados alguns temas gerais, como a análise e aprovação do Regimento Interno do Mercosul Cultural, e o concurso para o logotipo da instituição. Mas o mais importante resultado da reunião foi a aprovação do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, que seria assinado em dezembro de 1996, tendo em vista o Tratado de Assunção e o Protocolo de Ouro Preto.

O Protocolo, em seu artigo I, diz o seguinte:

“1 - Os Estados Partes comprometem-se a promover a cooperação e o intercâmbio entre suas respectivas instituições e agentes culturais, com o objetivo de favorecer o enriquecimento e a difusão das expressões culturais e artísticas do Mercosul.

2 - Para tanto, os Estados Partes promoverão programas e projetos conjuntos no Mercosul, nos diferentes setores da cultura, que definam ações concretas”.

De acordo com esses incisos, a cooperação favorece o enriquecimento das expressões culturais, mas também possibilita abertura de espaço para o incremento de atividades paralelas, como o turismo cultural.

Ressalta-se que é possível combinar ainda a política cultural com segmentos de várias naturezas, como a manutenção de uma relação estreita com o meio-ambiente, com a educação, a gestão urbana e, principalmente, com uma determinada política social.

O Protocolo contempla ainda a necessidade de se criar novos centros culturais.

responsáveis por fornecer subsídios para que as tradições, os usos e os valores comuns dos quatro países se expressem em toda sua riqueza dentro de um princípio harmônico, sem qualquer espécie de conflitos.

Sobre o sistema de informação, faz-se referência ao Sicalac - Sistema de Informação Cultural da América Latina e do Caribe. De acordo com o artigo VII, "os Estados recomendam a utilização de um banco de dados comum informatizado, confeccionado no âmbito da Sicalac, que contenha calendários de atividades culturais diversas e relações de recursos humanos e estruturais disponíveis em todos os Estados Partes."

O Protocolo também faz referência à necessidade de capacitação de recursos humanos. Este é um dos pontos fundamentais abordados no decorrer do planejamento e da organização do Mercosul Cultural. De acordo com o artigo IV, "os Estados Partes promoverão a formação comum de recursos humanos envolvidos na ação cultural. Para tanto, favorecerão o intercâmbio de agentes e gestores culturais dos Estados Partes em suas respectivas áreas de especialização."

Sobre o tema, pode-se afirmar que o profissionalismo na área cultural é a única alternativa para o desenvolvimento de uma política cultural, seja ela no Brasil ou no exterior, seja bilateral ou regional. Durand⁵¹ faz referência em sua obra à necessidade de profissionalização e de formação de profissionais da cultura. De acordo com o autor, "pouco a pouco vão surgindo os profissionais que farão a necessária ponte entre empresas e cultura, e que ajudarão no preparo e manejo de leis de incentivo fiscal, no estabelecimento de programas de estímulo ao mecenato particular e de seminários e debates sobre os ganhos possíveis das empresas com o patrocínio da

⁵¹ DURAND, José Carlos Garcia. Op. cit. p.9.

cultura”.

Uma questão aprovada pelo Protocolo refere-se à busca de novas fontes de financiamento. Esta atividade deve ainda direcionar-se especialmente aos organismos internacionais competentes: o único inconveniente que deva ser evitado é a excessiva intervenção de órgãos financiadores nas decisões referentes às atividades desenvolvidas pelo Mercosul Cultural. De acordo com o artigo XII:

“1 - Os Estados Partes comprometem-se a buscar fontes de financiamento para as atividades culturais conjuntas do Mercosul, procurando a participação de organismos internacionais, da iniciativa privada, de fundações com programas culturais.

2 - Na execução de empreendimentos comuns culturais, os Estados Partes comprometem-se ainda a buscar, sempre que necessário, a cooperação e a assistência técnica de organismos internacionais competentes”.

Por último observa-se uma preocupação especial de dois conjuntos de atividades desenvolvidos pela Comissão Técnica do Patrimônio Histórico e pela Comissão Técnica de Indústria Cultural. O Protocolo faz referência às indústrias culturais em dois artigos. De acordo com o artigo III, “os Estados Partes favorecerão produções para cinema, vídeo, televisão, rádio e multimídia, sob o regime de co-produção e co-distribuição, abrangendo todas as manifestações culturais.” O artigo VIII reza sobre os direitos de propriedade intelectual: “Cada Estado Parte protegerá, em seu território, os direitos de propriedade intelectual das obras originárias de outros Estados Partes, de acordo com sua legislação interna e com os tratados internacionais a que tenha aderido ou venha a aderir e que estejam em vigor em cada Estado Parte.”

O artigo VI, referente ao patrimônio histórico, diz o seguinte: “Os Estados Partes incentivarão a cooperação entre seus respectivos arquivos históricos, bibliotecas, museus e instituições responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e cultural, com vistas à harmonização dos critérios relativos à classificação, catalogação e preservação, para fins de criação de um registro do patrimônio histórico e cultural dos Estados Partes do Mercosul.”

O Protocolo de Integração Cultural do Mercosul conta com 15 artigos, que estabelecem as bases para uma maior cooperação cultural entre os países-membros. A sua assinatura foi uma vitória não só para o setor cultural, mas para o Mercosul como um todo.

No intervalo entre a II Reunião de Ministros do Mercosul e a assinatura do Protocolo de Integração Cultural, celebrou-se em Punta del Este, no Uruguai, a III Reunião de Ministros. Neste encontro foram aprovadas algumas ações a serem desenvolvidas a médio prazo e foi elaborada uma agenda para 1997. Na agenda, figuram o curso de capacitação de gestão cultural e a exposição brasileira de fotografias sobre as Missões Jesuíticas na Casa de Cultura em Colonia, Uruguai. Mas a principal discussão tratou de assuntos alfandegários, em particular a Resolução 122/96, sobre o tratamento aduaneiro para a circulação nos países do Mercosul de bens integrantes de projetos culturais aprovados pelos órgãos competentes.

4.2.7 - Política aduaneira: a Resolução 122/96

O ponto principal desta resolução afirma que um bem, quando considerado bem cultural, tem certas diferenças de outros quaisquer, quando estiver sendo enviado de um país do Mercosul para outro país-membro. Uma embalagem ou um *container*, levando um bem cultural com o selo do Mercosul Cultural, só poderá ser aberto quando chegar ao país de destinação, e, mesmo assim, pela autoridade responsável pelo evento em questão. A fiscalização da alfândega só se dará nestas condições, diferentemente do que ocorre com a fiscalização de outros produtos. Esta medida visa evitar que um bem cultural possa ser danificado no momento de sua abertura por pessoa não especializada.

De acordo com o artigo II da Resolução, "o pedido de circulação de bens que integrem o projeto cultural deverá ser previamente aprovado pelo órgão cultural competente do Estado Parte de saída, por intermédio de funcionário habilitado, em declaração formulada pelo interessado." O artigo III estabelece que "os bens sujeitos à presente norma serão identificados com o Selo Mercosul Cultural, estabelecido para tal fim".

Esta norma aduaneira está em fase final de formulação. É para breve sua entrada em vigor.

A última reunião de Ministros da Cultura foi realizada nos dias 5, 6 e 7 de junho de 1997, em Assunção, Paraguai, com a participação das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Nesta IV Reunião de Ministros foi debatido um temário similar ao das reuniões anteriores. Ressalte-se especialmente a recomendação de processamento de um inventário do

patrimônio histórico-artístico, em particular as missões jesuíticas, e o apoio à criação do Centro de Língua Guaraní, com sede em Assunção.

O Mercosul Cultural já é, pois, uma realidade. Sua tendência é crescer aceleradamente nos próximos anos, acompanhando o desenvolvimento global do acordo. E o intercâmbio de culturas mostra-se um instrumento adequado para a efetivação do processo de regionalização dos países do Cone Sul.

CONCLUSÃO

O mundo assiste hoje a mudanças radicais no cenário internacional. Com o fim da Guerra Fria houve uma profunda reorganização política e econômica e a nova ordem mundial é marcada pelo fenômeno da globalização e pela formação de mercados comuns regionalizados.

A transnacionalização do capital faz crescer a competitividade entre as nações, ao mesmo tempo em que a miséria e a desigualdade sociais continuam a ser os grandes problemas enfrentados pela sociedade, especialmente dos países do Terceiro Mundo. Martins⁵² diz que “as relações econômicas escapam às relações tradicionais entre Estados, ou seja, ao fenômeno da transnacionalização do capital. E, aqui, a questão dos atores internacionais, antes restritos a Estados e organizações multilaterais, articulam-se com os processos que estão dando forma à ordem emergente.”

É necessário que os Estados se unam cada vez mais em blocos regionais para fazer frente à esta nova realidade que se forma: eis, pois, as duas tendências mundiais modernas que se opõem e que, ao mesmo tempo, se completam: a globalização e a regionalização. As nações buscam novos parâmetros e novos paradigmas para a solução de seus problemas. O mundo se transforma e o futuro é incerto, de difícil visualização. Ostry⁵³ conclui que “o caminho que levará à nova ordem mundial será longo, penoso e tortuoso. Enquanto isso, serão muitas as possibilidades de conflito e de desestabilização.

⁵² MARTINS, Luciano. *A nova ordem mundial em questão*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1993, p.11.

⁵³ OSTRY, Silvia. *A nova ordem mundial e a tendência à regionalização*. In: MARTINS, Luciano. *A nova ordem mundial em questão*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1993, p.363.

Na esfera econômica, a ausência de parâmetros limitantes da Guerra Fria e de uma hegemonia clara terão importância singular, não apenas em termos gerais, mas também especificamente para o desenvolvimento do regionalismo.” A regionalização é um fenômeno cada vez mais concreto e a União Européia é exemplo de unidade e integração regional.

A cultura, neste contexto, começa a firmar-se como meio decisivo para a consolidação do processo de integração internacional. Considerando as trocas culturais entre os países como o grande trunfo para se alcançar sucesso no processo de integração, destacamos alguns tópicos, a título de recomendação e conclusão deste estudo:

1 - Constituiu objeto principal de nosso estudo a análise da política cultural do Brasil no exterior, especialmente o processo de criação do Mercosul Cultural. Nesta perspectiva a primeira conclusão a que se chega é a da inexistência de uma política cultural do Brasil no exterior efetiva e eficiente.

Não existe no país um conjunto integrado de objetivos, estratégias e políticas propriamente ditas, com a missão de efetivar uma política cultural do Brasil no exterior, que tome como referência as fases de uma política pública.

Há necessidade de se criar um plano pormenorizado dos principais objetivos e estratégias. Este plano deve contar, necessariamente, com a ação de um núcleo interministerial formado por funcionários do Ministério da Cultura e do Ministério das Relações Exteriores. Além disso, é preciso buscar uma definição clara dos critérios a serem utilizados para a seleção de ações culturais e de seus promotores.

É preciso ainda ocupar-se com afinco do planejamento financeiro a fim de adequá-lo às possibilidades e necessidades do calendário anual das atividades. As ações culturais que escapem do planejamento de recursos financeiros devem ser exceção, justificável pelo próprio dinamismo do processo, e não rotina como costuma acontecer.

2 - A política cultural no exterior não tem condições de existir se o país não tiver uma estratégia interna para o desenvolvimento de sua cultura e mecanismos que a façam funcionar bem. As políticas públicas internas dos países que integrem a um acordo de integração econômica, como é o caso do Mercosul, estão intimamente vinculadas a decisões referentes às políticas externas destes países. Esta união indissolúvel é característica mesma do processo como um todo.

A cultura, pois, deve ser considerada como um conjunto de valores materiais e espirituais criados pelo homem, no curso de sua história: provém e deve ser difundida por todos os grupos sociais. Não se pode mais admitir que a cultura seja considerada algo acessório, supérfluo. Ela deve ser concebida como o elo fundamental para o desenvolvimento do caráter de uma nação, o ideal de formação integral do homem.

3 – No que diz à identidade cultural brasileira, a primeira conclusão a que se chega é que o Brasil é um país plural e que não se perde na riqueza de sua pluralidade. Quem busca uma identidade cultural única para o nosso povo empobrece o sentido de diversidade como pressuposto mesmo da existência da cultura. Somos um povo, do ponto de vista antropológico, detentor de várias identidades culturais.

Aqui o estudo depara-se com dificuldades em definir o que existe de mais representativo

na cultura brasileira para selecionar manifestações culturais que possam integrar a agenda do Brasil no exterior. No caso, a melhor alternativa seria compartilhar o processo de tomada de decisões com os diversos setores da cultura nacional e com eles fazer as opções adequadas.

Uma segunda observação a ser feita sobre a questão da identidade está inserida na própria história do Brasil que, desde a sua descoberta, sofreu as conseqüências do processo de transplantação cultural imposta pelos colonizadores, gerando, aqui, a supervalorização das idéias e valores trazidos do exterior. Nesta visão etnocentrista, o Brasil tornou-se um depósito de culturas alienígenas, que acabaram por ser consideradas, pelos próprios brasileiros, como capazes, só elas, de elevar e inspirar os espíritos nacionais, gerando uma atitude desvalorizadora das manifestações culturais populares. A cultura brasileira dominante nasceu, desta forma, sob o signo da alienação e da falta de autenticidade. O resgate de determinados aspectos culturais perdidos neste processo poderia auxiliar o autoconhecimento brasileiro, sem desqualificar, entretanto, a contribuição que outros povos deram para a formação de nosso mosaico cultural.

4 - O Mercosul Cultural constitui um esforço bem-sucedido para o aprimoramento da integração internacional entre os países do Cone Sul. A sua transformação em instituição formal, a partir de dezembro de 1996, com a assinatura do Protocolo de Integração Cultural, e as decisões tomadas no decorrer deste processo, tanto nas Reuniões Especializadas como nas Reuniões de Ministros, possibilitaram a execução do principal objetivo da fase inicial, que é o de buscar conhecimento mútuo entre as nações participantes.

O Mercosul Cultural deve incentivar cada vez mais o processo de parceria com a iniciativa privada. Esta parceria permite pensar tanto a política cultural interna quanto a política

cultural no exterior, e a articulação orgânica existente entre elas só tende a valorizar as estratégias culturais.

Os países integrantes do Mercosul devem incentivar o desenvolvimento de manifestações culturais populares, especialmente aquelas que permitam a participação das comunidades através da difusão de suas principais festas religiosas e cívicas. Sugere-se ainda, neste item, a criação, pelo Mercosul Cultural, de um plano regional para integrar, com maior objetividade, as políticas culturais internas dos países envolvidos, além de sua participação na política cultural externa de cada um dos Estados Partes.

Por último, vislumbra-se a necessidade de criação de um projeto conjunto dos países-membros que busque desenvolver ações culturais fora do âmbito do Mercosul. A formação de uma agenda cultural conjunta é uma demonstração de força importante para o incentivo da regionalização que vem ocorrendo atualmente na América do Sul.

Este estudo, enfim, pretendeu empreender um conjunto de reflexões que busquem mostrar a importância do fator cultural no processo de regionalização como o Mercosul. Acredita-se que este trabalho, tendo atingido os seus objetivos, possa colaborar com o estudo do desenvolvimento da cultura nacional e do processo de difusão da cultura do Brasil no exterior, em particular do Mercosul Cultural.

Bibliografia

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970.

- ALEIXO, José Carlos Brandi. *Integração latino-americana*. Brasília, Ed. UnB., 1970.

- ALVAREZ, Gabriel Omar. *Los limites de la transnacional: Brasil e o Mercosul, una aproximación antropológica a los procesos de integración*. Brasília, Ed. UnB, 1995.

- ÁVILA, Henrique de Azevedo e SANTOS, Márcio Peixoto. "A utilização de cenários na formulação e análise de políticas para o setor público". *Revista de Administração Pública*, 22 (4): 17-33, out./ dez. 1988.

- BARREIRA, Manuel. *Algunos aspectos no economicos de la integración latinoamericana*. Chile, Ed. Instituto de Administración da Universidad de Chile, 1969.

- BOBBIO, Norberto e MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília, Editora UnB, 1995.

- BOSI, Alfredo. *Plural mas não caótico*. In: Alfredo Bosi. *Cultura Brasileira - temas e situações*. São Paulo, Editora Ática, 1992.

- BOSI, Ecléa. *Cultura e desenraizamento*. In: Alfredo Bosi. *Cultura Brasileira - temas e situações*. São Paulo, Editora Ática, 1992.

- BRASIL. *Constituição República Federativa do Brasil*. 1988.

- CASTRO, Luiz Felipe Meira de. "O estado atual da política cultural no Brasil: uma agenda de debates". *Revista de Administração Pública*, 23 (1): 21-35, jan./mar. 1989.

- COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo, Ed. Iluminuras, 1997.

- CUNHA, Ovídio. *Ementa da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Sociedade Brasileira de Geografia, 1975.

- DOLLOT, Louis. *Les relations culturelles internationales*. Paris, Ed. Presses Universitaires de France, 1968.

- DREIFUSS, René Armond. *Corporações estratégicas e mundialização cultural*. In: MORAES, Dênis de. *Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea*. Campo Grande, Ed. Letra Livre, 1997.

- DROR, Yehezkel. *Salir del passo, ciencia o inercia?.* In: AGUILAR Villanueva, Luis. *La hechura de las politicas*. México, Porrúa, 1992.

- DYE, Thomas. *Modelos de política: algumas contribuições a compreensão da política pública*, traduzido por Ana Maria Marquesini. In: *Understang Public Policy*. N.J., Ed. Prentice-Hall Inc., 1972.

- DURAND, José Carlos Garcia. "Profissionalizar a administração da cultura", *Revista de Administração de Empresas*, 36 (2): 6-11, abr./jun. 1996.

- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo, Editora Perspectiva, 11. ed., 1994.

- FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga e Lima. *Mercosul Hoje*. São Paulo, Ed. Alfa- Ômega, 1996.

- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1984.

- GÉLÉDAN, Alain e BRÉNARD, Janine. *Dicionário econômico e social*. Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 1988.

- HARVEY, Edwin. *Estado y Cultura*. Buenos Aires, Ed. Depalma, 1980.

- _____. *Relaciones culturales internacionales en Ibero.America y el mundo*. Ed. Tecnos.

- HERRERA, Felipe. *Novas frentes de promoção da cultura*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1983.
- _____. *O contexto latino-americano e o desafio cultural*. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1985.
- HERZ, Mônica. *Política cultural externa e atores transnacionais: o caso da Fundação Ford no Brasil (dissertação de mestrado)*. Rio de Janeiro. Ed. PUC, 1989
- HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora J. Olympio, 1973.
- LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Cultura de massa*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1990.
- LIMA, Olavo Brasil de e SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Esquema geral para a análise de políticas públicas". *Revista de Administração Pública*, 10 (2): 241-256. abr./jun. 1976.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira e Fundação Nacional Pró-memória, 1985.
- MARAMAO, Giacomo. *Jornal do Brasil*. 24/08/98.

- MARCELINO, Nelson Carvalho. *Lazer: formação e atuação profissional*. Campinas. Editora Papiros, 1995.

- MARTINS, Luciano. *A nova ordem mundial em questão*. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio, 1993.

- MEDEIROS, Antônio Carlos de e BRANDÃO, Hugo Júnior. "Em busca de novos paradigmas para a análise de políticas públicas". *Revista de Administração Pública*, 24 (3): 4-53, maio/ jul. 1990.

- MELLO, Márcio Vieira de. *Desenvolvimento e Cultura*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1980.

- MELLO, Isabel Parente. *A inserção do Mercosul na economia mundial*. In: VALLS, Lia e BRANDÃO, Antônio Salazar. *Mercosul – perspectivas de integração*, Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- MENESES, Ulpiano Bezerra de. *Identidade cultural e arqueologia*. In: Alfredo Bosi. *Cultura brasileira - temas e situações*. São Paulo, Ed. Ática, 1992.

- MICELI, Sérgio. "Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil". *Revista de Administração de Empresas*, 24 (1): 27-31, jan./mar. 1984.

- _____. *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo. Ed. Difel, 1984.

- MITCHELL, J. M. *International Cultural Relations*. Londres. Ed. Allen e Unwin., 1986.

- MONTEIRO, Jorge Vianna. *Fundamentos da política pública*. Rio de Janeiro. Ipea. 1982.

- MORAES, Dênis de. *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande. Ed. Letra Livre, 1997.

- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no Século XX*. São Paulo. Forense Universitária. 1962.

- OSTRY, Silvia. *A nova ordem mundial e a tendência à regionalização*. In: Martins, Luciano. *A nova ordem mundial em questão*. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio. 1993.

- RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural - seu papel na política externa brasileira*. IPRI, 1989.

- SARAIVA, Enrique. *El Mercosur Cultural: una agenda para el futuro*. In: RECONDO Gregório (comp). *Mercosur : la dimensión cultural de la integración*. Buenos Aires. Ciccus. 1997.

- _____. *Estructura de la industria cultural iberoamericana*. In: *Cultura y política cultural en IberoAmerica*. Cedeal. 1994.

- _____. *La elaboración de la política pública en el area de la cultura*. Caracas. 1991.

- _____. *Perspectivas sobre a identidade da cultura brasileira*. Rio de Janeiro, 1992.
- SAASSA, Oliver S. *A formação da política pública nos países em desenvolvimento: a utilidade dos modelos contemporâneos de tomada de decisão*. I seminário sobre políticas públicas. Programa de treinamento- Sudeco/Pnud/ Banco Mundial. 1988.
 - SMITH, Thomas. *O processo de implementação de políticas*. Cipad/Ebap/FGV, 1978.
 - SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1996.
 - SUBIRATS, Joan. *Análisis de políticas y eficacia de la administraciones públicas*. Madri, Ministerio para las Administraciones Publicas, 1989.
 - SZERMAN, John Howard e PAULA, Luiz de. *Conferência Nacional de Cultura-Cult 93*. 1993.
 - SANTOS, Theotônio dos. *Economia mundial - integração regional e desenvolvimento sustentável*. Petrópolis. Ed. Vozes. 1993.
 - UNESCO. *Notre diversité créatrice*. Rapport de la Commission Mondiale de la Culture et du Développement. Paris, 1994.

_____. *Réflexions préabales sur les politiques culturelles*. Paris, 1969.

- VALLS, Lia. *Tratado de Assunção - resultados e perspectivas*. In: *Mercosul: perspectivas da integração*. VALLS, Lia e BRANDÃO, Antônio Salazar. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- VIANA, Ana Luiza. "Abordagens metodológicas em políticas públicas", *Revista de Administração Pública*, 30 (2): 5-43, mar/abr. 1996.

- VILCHES, Lorenzo. *Globalização comunicativa e efeitos culturais*. In: MORAES, Dênis de. *Globalização, Mídia e Cultura Contemporânea*. Campo Grande, Editora Letra Livre, 1997.